

**FACULDADE EDUFOR**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**  
**SERVIÇO SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: uma análise da atuação**  
do/a assistente social na Casa da Mulher Brasileira em São Luís/MA

---



**São Luís**  
**2023**

**CARMEN LUÍZA SILVA GOMES**

**SERVIÇO SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:** uma análise da atuação  
do/a assistente social na Casa da Mulher Brasileira em São Luís/MA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Bacharelado em Serviço Social da  
Faculdade EDUFOR, como requisito obrigatório  
para obtenção de título de Bacharel em Serviço  
Social.

**Orientador(a):** Prof.<sup>a</sup> Ma. Enaire de Maria Sousa da  
Silva

**São Luís/MA**

**2023**

G633s Gomes, Carmen Luíza Silva

Serviço social e violência contra a mulher: uma análise da atuação do/a assistente social na Casa da Mulher Brasileira em São Luís/MA / Carmen Luíza Silva Gomes — São Luís: Faculdade Edufor, 2023.

71 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (SERVIÇO SOCIAL) — Faculdade Edufor - São Luís, 2023.

Orientador(a) : Enaire de Maria Sousa da Silva

1. Violência contra a mulher. 2. Atuação profissional. 3. Serviço Social. 4. Casa da Mulher Brasileira. I. Título.

FACULDADE EDUFOR SÃO LUÍS

CDU 396:301.162.2

**SERVIÇO SOCIAL E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: uma análise da atuação  
do/a assistente social na Casa da Mulher Brasileira em São Luís/MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Bacharelado em Serviço Social da  
Faculdade EDUFOR, como requisito obrigatório  
para obtenção de título de Bacharel em Serviço  
Social.

São Luís, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Aylana Cristina Rabelo Silva  
Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA)

---

Prof.<sup>a</sup> Enaire de Maria Sousa da Silva  
Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA)  
Orientador(a)

---

Prof.<sup>a</sup> Izamara Nunes Sousa  
Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, pois sem ele eu nada seria, principalmente por me sustentar nos momentos mais difíceis. Até aqui me ajudou o Senhor!

Aos meus pais e mais ainda a minha fortaleza que tenho o prazer de chamar de Mãe, a primeira o incentivadora desse sonho.

Ao meu companheiro Gabriel que tanto me deu a mão nessa trajetória.

As minhas irmãs de alma que são mais que amigas.

Aos meus colegas de trabalho que foram tão compreensíveis ao longo de todo esse processo.

Aos meus amigos de faculdade que especialmente me fizeram companhia nesses 4 anos vocês com certeza fizeram a grande diferença na minha trajetória acadêmica, eu escolheria viver mil vezes toda essa emoção com vocês. Só vocês sabem quantas vezes eu quis desistir de tudo.

As minhas queridas professoras que me permitiram evoluir em todo o processo, que foram exemplo de profissionais em quem devemos nos espelhar. Minha eterna gratidão.

Especialmente a minha querida orientadora, obrigada por todo ensinamento e zelo.

E a mim, por ter suportado cada processo, tornando-me assim capaz de chegar tão longe.

A todos vocês gratidão por me fazerem forte.

*Só vive o propósito quem suporta o processo!*

*Marcos Cruz Santos*

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso trata sobre o fenômeno da violência contra a mulher em uma perspectiva sócio-histórica, dando ênfase à atuação do assistente social em um equipamento da Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, determinado a proteger e acolher diretamente as expressões de violência contra a mulher, que é o caso da Casa da Mulher Brasileira. Assim, o objetivo da pesquisa é identificar as especificidades do fazer profissional do assistente social na Casa da Mulher Brasileira do município de São Luís/MA. Como procedimentos metodológicos foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, para situar, inicialmente, o debate sócio-histórico sobre a desigualdade de gênero desde o período colonial até a contemporaneidade, bem como foi realizado um levantamento sobre a emergência do Serviço Social no Brasil enquanto uma profissão socialmente reproduzida. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo, com aplicação de uma entrevista semiestruturada, com assistentes sociais que atuam na Casa da Mulher Brasileira de São Luís/MA. Como resultados, observou-se que a atuação do assistente social neste espaço sócio-ocupacional é imprescindível para a garantia do apoio e proteção às mulheres vítimas de violência, que através do acolhimento, da escuta especializada e da articulação com os demais serviços, busca garantir um atendimento integralizado para as demandas apresentadas.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher. Atuação profissional. Serviço Social. Casa da Mulher Brasileira.

## ABSTRACT

This final paper deals with the phenomenon of violence against women from a social-historical perspective, emphasizing the role of the social worker in an equipment of the Network of Assistance to Women Victims of Violence, determined to protect and welcome directly the expressions of violence against women, which is the case of the Brazilian Women's House. Thus, the objective of the research is to identify the specificities of the professional work of the social worker in the Casa da Mulher Brasileira in the city of São Luís/MA. As methodological procedures were used the bibliographical research, to situate, initially, the social-historical debate on gender inequality since the colonial period until the contemporaneity, as well as a survey on the emergence of Social Service in Brazil as a socially reproduced profession. In addition, a field research was carried out, with the application of a semi-structured interview, with social workers who work at the Casa da Mulher Brasileira in São Luís/MA. As results, it was observed that the role of the social worker in this social-occupational space is essential to ensure support and protection to women victims of violence, which through the reception, specialized listening and articulation with other services, seeks to ensure a comprehensive care for the demands presented.

**Keywords:** Violence against women. Professional Performance. Social Work. Brazilian Women's House.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Viagem pitoresca e histórica ao Brasil – Debret (1949) .....	27
<b>Figura 2</b> - População de homens e mulheres com 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo .....	33
<b>Figura 3</b> - Casa da Mulher Brasileira em São Luís/MA .....	54
<b>Figura 4</b> - Fluxo de atendimento da Casa da Mulher Brasileira .....	59

### GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos .....	32
---	----

### QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Divisão sexual do trabalho.....	21
<b>Quadro 2</b> - – Elementos fundamentais para a caracterização do sistema patriarcal	25
<b>Quadro 3</b> - Eixos estruturantes do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina .....	48
<b>Quadro 4</b> - Instituições da rede de atendimento à mulher vítima de Violência da Casa da Mulher Brasileira de São Luís/MA .....	53

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2 DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: das influências patriarcais do período colonial às expressões contemporâneas</b> .....	<b>19</b>
<b>2.1 A construção da sociedade patriarcal e os rebatimentos para a cultura da dominação masculina</b> .....	<b>22</b>
<b>2.2 As expressões de desigualdade de gênero no Brasil: do período colonial à contemporaneidade</b> .....	<b>26</b>
<b>3 LEVANTAMENTO SÓCIO-HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: da gênese à contemporaneidade da atuação profissional</b> .....	<b>36</b>
<b>3.1 A gênese da profissão no amadurecimento do capital: o processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil</b> .....	<b>38</b>
<b>3.2 O Serviço Social na contemporaneidade: do movimento de reconceituação ao Projeto Ético-Político Profissional</b> .....	<b>46</b>
<b>4 O SERVIÇO SOCIAL NA CASA DA MULHER BRASILEIRA: linhas de intervenção dos assistentes sociais da instituição</b> .....	<b>52</b>
<b>4.1 Casa da Mulher Brasileira em São Luís: caracterização do objeto de estudo</b> .....	<b>52</b>
<b>4.2 Especificidades do fazer profissional dos assistentes sociais da Casa da Mulher Brasileira em São Luís/MA</b> .....	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>65</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>70</b>
<b>Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)</b> .....	<b>70</b>
<b>Apêndice B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada</b> .....	<b>72</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os altos índices de violência contra a mulher no Brasil demonstram que o país tem enraizado em sua história as marcas da desigualdade de gênero que geram efeitos inimagináveis na vida de mulheres brasileiras. Diante disso, a presente pesquisa se justifica na importância de expandir os estudos na área de gênero para ampliar o conhecimento na esfera da produção de pesquisas com o olhar voltado para compreender essa questão.

A motivação para esta pesquisa veio da importância de discutir a violência contra a mulher no Serviço Social a partir do recorte de gênero e com o caráter crítico dialético do Projeto Ético Político Profissional, buscando entender esse contexto histórico a partir do sistema de proteção social para esse público na atualidade e como essas instituições auxiliam na garantia de direitos das mulheres no Brasil.

Essas instituições conduzem a mostrar para a sociedade que a violência contra a mulher é um problema público complexo e que não consegue ser analisado isoladamente. Por isso, essa pesquisa se justifica também pela estratégia de conseguir os detalhes acerca da intervenção da Casa da Mulher Brasileira e da atuação do assistente social nas expressões de violência contra a mulher no estado do Maranhão.

Conhecer a história das relações de gênero, como também as particularidades dessas relações na atualidade, tende a reconhecer a extrema relevância dos estudos de gênero e sexualidade, além de tudo, para compreender a posição do homem e da mulher na sociedade. Apenas dessa forma, é possível conscientizar a sociedade da inclusão desse debate nos diferentes espaços sociais como uma forma de estimular estudos, considerando as dimensões histórica e cultural onde se encontram as relações de poder.

Além disso, esse debate se fez importante pela densidade dessa discussão para o cotidiano profissional dos assistentes sociais, gerando reflexões no campo profissional com base em inquietações de diferentes autores que discutem o exercício profissional do assistente social. Por isso, levando em consideração a representação social da violência contra a mulher e os diversos impactos disso na sociedade, a discussão sobre gênero tem suscitado a necessidade de análises profundas no enfrentamento desse lugar de desprestígio social atribuído à mulher ao longo da história.

Pela vasta história do Serviço Social no Brasil, a discussão da violência contra a mulher na perspectiva da produção de conhecimento é recente. Resgatando os artigos dos principais periódicos da categoria, o debate já assumiu diferentes concepções na profissão ao longo dos anos. Por causa disso, é necessário que se debata essa expressão da questão social com base na direção ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da categoria a partir da intenção de ruptura.

A atuação do assistente social em uma instituição que lida todos os dias com casos de violência contra a mulher é algo que necessita de um estudo aprofundado, pois muitas vezes o que é visível foge do cotidiano daquele profissional em seu espaço de trabalho. Por esse motivo, conhecer a realidade institucional é algo que fundamenta a pesquisa para além do estudo bibliográfico, corroborando a construção do conhecimento de forma dinâmica.

Apoiado nisso, é possível discutir a proposta desta pesquisa segundo os conceitos fundamentais do materialismo histórico-dialético que analisam as relações de gênero e poder no capitalismo, demonstrando a magnitude da contribuição marxista para a análise da família patriarcal e seu legado ainda presente na época atual.

Diante disso, a pesquisa pode contribuir enquanto relevância social a partir do momento em que fornece para a sociedade informações para a compreensão da violência contra a mulher de forma ampla e com base em uma instituição que objetiva prestar atendimento às mulheres em situação de violência. Com essa pesquisa vastamente divulgada, a sociedade se beneficiará com referências de como funciona o apoio institucional para casos de violência contra a mulher, assim como terá ferramentas para entender o fenômeno social pesquisado.

E contribuindo também enquanto relevância acadêmica, mostrando que a temática tem importância para a formação dos estudantes e para a categoria profissional, que a partir da análise da violência contra a mulher como uma expressão da questão social, pode fortalecer a noção crítica dos assistentes sociais em seu dia a dia.

No Brasil, a violência contra a mulher é algo que acontece todos os dias. Por isso, se tornou um fenômeno que carece de atenção da sociedade. De acordo com dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), entre março de

2020 e dezembro de 2021, foram registrados 2.451 casos de feminicídio e 100.398 casos de estupro de vulnerável no país<sup>1</sup>.

Todo esse quadro de violência é resultado de um processo histórico antigo, com raízes nas relações de poder que abarcam a discussão de gênero. Nessa relação, o sistema patriarcal tem um importante papel na reprodução do poder em uma figura paterna, ou seja, o pai como detentor de um poder supremo e, por sua vez, a mulher em uma figura de submissão ao homem.

Conseqüentemente, a dominação masculina ganha força no cenário social e faz com que nas relações entre os gêneros, o homem exerça um controle sobre o corpo, vida e escolhas das mulheres. Para Castro e Lavinias (1992, p. 45), o patriarcado é “uma forma de dominação em que a lei é o senhor e na qual o domínio é exercido dentro das próprias comunidades, tendo sua legitimidade garantida pela tradição”.

Saffioti (2015) acrescenta que o patriarcado representa também uma espécie de imposição às mulheres para que estas estejam e ocupem posições de inferioridade em relação à figura do homem. Nesse sentido, devem manter posturas doces e apaziguadoras, em contraposição ao homem, que é estimulado cotidianamente a desenvolver uma postura agressiva, ríspida e perigosa, revelando a coragem e força da personalidade masculina.

Esse sistema deu espaço para que o cotidiano das mulheres se tornasse um meio de garantir sua submissão ao pátrio poder masculino, limitando seus espaços e destinando a força de trabalho feminina a condições inferiores, onde no ambiente familiar o homem tem o caráter produtivo e a mulher o reprodutivo e de atenção às atividades domésticas e do lar.

Apesar de ser comumente conhecida pela violência física, a violência contra a mulher pode se apresentar de diferentes formas. A legislação vigente, que ampara a mulher vítima de violência, tendo como referência a Lei nº 11.340, popularmente conhecida de Lei Maria da Penha, expõe que a violência contra a mulher pode se manifestar através da violência psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Por ser algo que se vincula com a realidade social, a violência contra a mulher é uma problemática reproduzida pelo modo de produção capitalista. Em razão disso,

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

se caracteriza como uma expressão da questão social, pois é uma categoria que está “indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras” (IAMAMOTO, 2011, p. 11). Dessa forma, é uma expressão que está ligada com as desigualdades sociais e de gênero e com a exclusão social de mulheres na sociedade.

Essas expressões de contradições da sociedade capitalista, inseridas na dinâmica social e de análise crítica, são conhecidas como expressões da questão social. A questão social é o objeto de trabalho do assistente social, por isso coloca no meio social possibilidades de intervenção para o profissional, seja por meio do planejamento, da formulação e da execução de políticas públicas destinadas a intervir em suas expressões. É lidando com essas problemáticas que o assistente social consegue enxergar as necessidades da classe trabalhadora, assim como propõe estratégias de trabalho frente aos mais variados casos que aparecem em seu cotidiano.

Para lamamoto (2011), a questão social vai se constituir especificamente na relação estabelecida entre o capital e o trabalho. Essa relação está associada à forma como o trabalho, bem como o capital, vão se estabelecer no campo político da sociedade capitalista. Dessa forma, ela não vai possuir um caráter fixo, de desvinculação da construção sócio-histórica, mas sim um caráter multifacetado, que acompanha cada estágio de desenvolvimento do capital e produz expressões diferenciadas em diferentes cenários econômicos, políticos e culturais.

Nesse sentido, a violência contra a mulher pode-se configurar como uma dessas expressões, vista como algo construído historicamente pelo modo de produção capitalista<sup>2</sup> que, sustentando as diretrizes patriarcais, mantém sua atuação não somente para garantir a acumulação capitalista, mas para reproduzir a divisão sexual e social do trabalho<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Na sociabilidade burguesa as mulheres são as mais inferiorizadas, já que o capital se apropria da subordinação das mulheres para obter mais lucro. Nesse sentido, “[...] o capitalismo carregou para os ombros da mulher trabalhadora um fardo que a esmaga; a converteu em operária, sem aliviá-la de seus cuidados de dona de casa e mãe” (KOLLONTAI, 2014, n.p.).

<sup>3</sup> A opressão sobre as mulheres não são um problema específico, mas, assim como o racismo, o patriarcado está engendrado na lógica do capitalismo. Desta forma, a luta anticapitalista demanda a luta contra o patriarcado. Portanto, entendemos que o pressuposto opressão-exploração, vivida pelas mulheres, têm em sua origem atribuída ao surgimento da família, da propriedade privada e da divisão da sociedade em classes (SAFFIOTI, 1987 apud NUNES, 2021, p. 22).

Essa divisão sexual e social do trabalho pode ser analisada a partir da relação hierárquica entre homens e mulheres na sociedade capitalista. Conforme apresenta Cisne e Santos (2018), a divisão sexual do trabalho vai impactar diretamente na forma como a mulher será vista ocupando espaços de trabalho, ou seja, vai causar, materialmente, a exploração da mulher e uma designação prioritária ao homem na esfera produtiva. Em síntese, as autoras afirmam que essa divisão sexual do trabalho “[...] tem como designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc) (CISNE; SANTOS, 2018, p. 47).

Nessa perspectiva, é óbvio que a violência contra a mulher, ainda que histórica, é um dos mais incidentes fenômenos de violação dos direitos humanos na atualidade. A violência, como instrumento da sociabilidade patriarcal-capitalista, é construída e, muitas vezes, usada como forma de mecanismo para o modo de produção capitalista. Essa violência, com ênfase à mulher, revela a brutalidade do sistema patriarcal e sua opressão contra as mulheres.

A violência contra a mulher é uma realidade bastante presente na vida das mulheres, constituindo-se em uma expressão da questão social, a qual demanda intervenção do Estado via políticas sociais públicas. Trata-se, pois, das desigualdades de gênero, raça e classe, portanto, um dos objetos sobre os quais incide o trabalho dos(as) assistentes sociais, configurando matéria-prima de sua intervenção (QUEIROZ; DINIZ, 2014, p. 99).

Pensando em como criar instituições para a intervenção nos casos de violência contra a mulher na atualidade, é que surgem, a nível nacional e internacional, um sistema de proteção de direitos humanos. É apenas no final da década de 1970, no Brasil, que surgiu uma série de protocolos, declarações, planos e convenções para discutir a promoção da igualdade entre homens e mulheres, bem como para implementar sistemas de proteção.

Essa movimentação só ocorreu por causa da mobilização do movimento feminista, onde o mesmo tensiona o debate sobre a violência contra a mulher e a torna pauta pública, no sentido de garantir a defesa dos direitos das mulheres.

Na década de 1980, o Brasil foi palco de variadas manifestações em prol do processo de redemocratização do país. No mesmo momento, reivindicações dos movimentos feministas também protagonizaram o cenário em busca de garantias

fundamentais à mulher. Nessa década, foi criado o São Paulo SOS Mulher e os Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher, assim como a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulheres Vítimas da Violência (DEAM), especificamente no estado de São Paulo (LISBOA, 2010).

A década de 1990 foi marcada por várias conferências importantes a nível mundial para se discutir a situação da promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres, tendo como destaque a Conferência Mundial dos Direitos Humanos (1993) e a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, em 1994 (NUNES, 2021). No Brasil, a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) foi aprovada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e ratificada pelo Estado Brasileiro em 1995 (NUNES, 2021).

Um dos momentos mais importantes para a institucionalização de mecanismos que agissem contra a violência contra a mulher no Brasil foi a partir da década de 2000, início do século XXI. Cisne (2018) apresenta esse cenário com informações necessárias para a compreensão da atuação do estado brasileiro frente às expressões de violência contra a mulher:

[...] até 2003 o Brasil não havia apresentado o seu relatório sobre os compromissos para acabar com a discriminação e a violência contra as mulheres. Nesse relatório, entre os países da América Latina, era o único que não possuía uma legislação específica sobre a violência contra as mulheres, bem como era incipiente no que diz respeito às parcas políticas públicas voltadas para a prevenção e combate à violência. Essa condição, somente se altera em 2006 com a LMP (CISNE, 2018 apud NUNES, 2021, p. 30).

Essa alteração se deu por conta da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2007. Nessa conferência, foi criado o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e ampliou o enfrentamento à violência contra a mulher não somente dando atenção para a violência física, mas para todas as formas de violências sofridas pelas mulheres (SILVEIRA, 2018).

É nesse contexto que o estado brasileiro passa a assumir a violência contra a mulher como uma problemática pública, que deve ser reconhecida como tal é combatida com políticas públicas sociais, bem como a necessidade de órgãos especializados para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

Com isso, o sistema de proteção social para as mulheres vítimas de violência se expande e, no caso do Maranhão, surge um órgão especializado para o

atendimento dessas vítimas. Refere-se a Casa da Mulher Brasileira, localizada no município de São Luís. Nessa instituição, está localizado o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência (CRAMSV), um órgão vinculado à Secretaria Municipal de Segurança e Cidadania (SEMUSC) e da Rede Amiga da Mulher.

Além do CRAMSV, na Casa da Mulher Brasileira está integrada a 2ª Vara Especial da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, a Patrulha Maria da Penha, o Ministério Público, o Núcleo da Defensoria Pública do Estado e a Delegacia Especial da Mulher. A instituição conta com uma equipe multidisciplinar composta por profissionais como: assessores jurídicos, psicólogos, pedagogas e assistentes sociais.

De acordo com a rede de proteção da mulher, a proposta de atendimento da Casada Mulher Brasileira é integral e propõe alternativas para não revitimizar e culpabilizar as mulheres que procuram ou são levadas à instituição na chamada "rota crítica".

Tendo em vista a relevância do assistente social inserido nesta rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, "é necessário inventar, reinventar uma nova forma de produzir conhecimento em Serviço Social a partir da afirmação da nossa identidade e a partir das demandas que surgem no cotidiano que configuram a transversalidade de gênero" (LISBOA, 2010, p. 74).

Nesse propósito, o objetivo geral da pesquisa foi discutir as especificidades do trabalho do assistente social na Casa da Mulher Brasileira, tendo em vista a violência doméstica contra a mulher se apresentar como expressão da questão social. Como objetos específicos, tem-se: contextualizar a desigualdade de gênero no Brasil; realizar levantamento dos principais aspectos da composição do Serviço Social enquanto profissão socialmente construída e; apontar as especificidades da intervenção profissional do assistente social na Casa da Mulher Brasileira em São Luís/MA.

O enfoque metodológico da presente pesquisa se deu a partir de análises críticas, baseando-se no método materialismo histórico-dialético. Esse método considera que os fenômenos devem ser observados de acordo com sua história, pois nela há condicionantes essenciais para uma análise abrangente do objeto estudado.

O materialismo histórico-dialético traz à tona, a discussão inicial sobre quais as causas que determinavam as relações sociais e a estrutura social da sociedade. Marx, diante do método, conclui que é pelo modo de produção, da materialidade que se forjam as relações históricas da sociedade. [...] assim, o método materialismo histórico nos remete ao estudo da história em sua base real, que se verifica na produção social da vida. Dessa maneira, o movimento da história possui uma base material, econômica e segue o movimento dialético (DANIELI; NIEDERMAYER, 2021, p. 516).

Nesse sentido, a estrutura do projeto de pesquisa foi desenvolvida a partir de reflexões que terão por base o materialismo histórico-dialético, trilhando a produção de conhecimento que se tem feito em matéria de Serviço Social desde a hegemonia, ainda na década de 1990, obtida através da perspectiva intenção de ruptura, que compreende a profissão em suas bases materiais e críticas com base no materialismo histórico-dialético de Marx.

Com esse método, é possível ter um olhar crítico sobre os fenômenos sociais, inclusive sobre como o modo de produção capitalista intervém nesses processos e os impulsiona, como é o exemplo do objeto de estudo da presente pesquisa, a violência contra a mulher. A partir dele, compreende-se que o capitalismo é um sistema de exploração do proletariado, mas que possui certas particularidades em opressões de raça, classe e gênero.

Essa opressão de gênero, sobretudo aos ataques aos direitos das mulheres, é compreendida historicamente pelo materialismo histórico-dialético como uma nítida opressão de gênero que é reproduzida no capitalismo e legitimada pelas bases patriarcais e colonialistas no Brasil. Para essa análise, a concepção marxista de opressão às mulheres foi desenvolvida e será fundamentada principalmente por autores marxistas, como Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, dentre outros.

Sendo assim, tal método, além de estar comprometido com as reflexões contemporâneas do Serviço Social, se faz necessário para as problematizações referentes ao desenvolvimento da presente pesquisa.

Além disso, a pesquisa teve caráter qualitativo, pois a proposta do trabalho está direcionada para uma preocupação mais ligada aos fenômenos que envolvem aspectos menos numéricos, quantificados, e sim tendo como base as relações sociais e humanas, numa perspectiva de análise da realidade social. Dessa forma,

[...] enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados, das ações e

relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2003, p. 22).

No Serviço Social, e para uma pesquisa que versa sobre violência contra a mulher e dando ênfase a atuação do assistente social em uma instituição que compõe a rede de proteção para essa mulher vítima de violência, a pesquisa qualitativa é indispensável, pois esta permite que o pesquisador se aproxime dos processos históricos, permitindo que a pesquisa se direcione a interpretar aspectos mais profundos e complexos do comportamento humano. Em resumo, é uma abordagem que se funda nos processos e significados das relações sociais (MINAYO, 2003).

Como procedimento metodológico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, documentos, dentre outros. Essa etapa da pesquisa, levou em consideração os principais escritos sobre a violência contra a mulher na história da sociedade de classes, com ênfase na concepção marxista, bem como a relação que o profissional de Serviço Social possui na defesa e no atendimento especializado nos casos de violência doméstica contra a mulher através de sua atuação na Casa da Mulher Brasileira do Maranhão. Esse levantamento de reflexões sobre as obras que se relacionam com o objeto de pesquisa, foi elaborado:

[...] a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, anais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Para contribuir com as análises teóricas, foi realizada também uma pesquisa de campo no contexto da Casa da Mulher Brasileira do estado do Maranhão, buscando fundamentar empiricamente o objeto de estudo proposto. Essa é uma fase complementar à pesquisa bibliográfica, pois é uma etapa que se caracteriza por dar aprofundamento a uma realidade específica a qual está sendo estudada (GIL, 2008).

Com essa fase da pesquisa, feita através de uma entrevista semiestruturada, a qual considera que os questionamentos ali estruturados podem orientar novas hipóteses o que favorece a compreensão do fenômeno em sua totalidade (TRIVIÑOS, 1987), foi possível fundamentar as análises acerca da atuação do profissional de

Serviço Social na Casa da Mulher Brasileira e compreender sua intervenção nas demandas cotidianas de violência contra a mulher que chegam para a instituição.

Nesse sentido, o primeiro capítulo buscou destacar o debate sobre a desigualdade de gênero no Brasil, fazendo um levantamento desde as influências do período patriarcal, representadas pelo avanço do colonialismo, até as expressões de desigualdade entre os gêneros no cenário contemporâneo, destacando o caráter sócio-histórico da problemática. No segundo capítulo, foi realizado um levantamento dos principais aspectos de emergência e institucionalização do Serviço Social enquanto uma profissão socialmente determinada, além de destacar as competências e atribuições do assistente social na contemporaneidade.

No terceiro e último capítulo, o qual traduz a sistematização da pesquisa empírica do presente estudo, aponta as especificidades do fazer profissional do assistente social frente às expressões de violência contra a mulher apresentadas à Casa da Mulher Brasileira em São Luís/MA.

## 2 DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: das influências patriarcais do período colonial às expressões contemporâneas

Historicamente, as relações de gênero se estabeleceram no Brasil a partir de diversas influências, sejam elas culturais, ideológicas, sócio-políticas, entre outras. Tais manifestações, oriundas principalmente do processo de colonização, repercutem no imaginário das relações sociais aspectos que favorecem o que se construía em toda a cultura europeia: a figura masculina enquanto superior à feminina, em todos os âmbitos da esfera social.

Além disso, toda a conjuntura de construção social se desdobra a partir de elementos que buscam contribuir com o processo inferiorização da mulher em todos os espaços das relações da sociedade e, conseqüentemente, vários são os impactos para a vida das mulheres, sejam eles em inserção do mercado de trabalho, de salários proporcionais aos de homens, de acesso aos mínimos sociais, como é o caso da saúde, educação, saneamento básico, dentre outros.

Este capítulo, por buscar se debruçar sobre esses aspectos, busca elencar de forma complementar, as nuances mais significativas da construção dessa ideia de dominação masculina oriunda da sociedade patriarcal, e como isso contribui para as expressões de violência no cenário atual.

Para tanto, por se tratar de uma pesquisa que se apoia na teoria social crítica de Marx, conforme apresenta a metodologia do trabalho, é imprescindível situar alguns aspectos que perpassam essa discussão antes de compreender as particularidades do sistema patriarcal. Trata-se, portanto, da divisão sexual do trabalho<sup>4</sup> e em como as determinações materiais são estritamente necessárias para a emergência das relações patriarcais de gênero. Assim,

---

<sup>4</sup> A divisão sexual do trabalho, ergueu-se a partir das relações sociais constituídas entre homens e mulheres e representa um legado que deve ser apreendido no bojo da literatura e do movimento feminista. Para compreendê-la, deve-se resgatar o conceito de *divisão do trabalho*, com base nos estudos de Marx e Engels. Para os autores, o conceito de divisão de trabalho deve estar articulado aos processos simultâneos que levaram o trabalho, a linguagem e a consciência a se desenvolverem de forma intrínseca, produzindo, assim, as condições históricas de uma possível divisão do trabalho. Dessa forma, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originalmente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, em seguida, divisão do trabalho que, em consequência das disposições naturais (por exemplo, a força corporal), necessidades, causalidades, etc. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho é uma expressão da divisão do trabalho, ou seja, um embrião da divisão social do trabalho posteriormente maturada. Em síntese, as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema (KERGOAT, 2009, p. 71).

Sendo o trabalho o momento privilegiado da práxis por sintetizar as relações dos homens com a natureza e dos homens entre si, constitui a via por excelência através da qual se proceder ao desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética da sociedade capitalista e das relações que elas mantêm entre si e com o todo social na qual inserem. Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores os membros de uma sociedade historicamente dada (SAFFIOTI, 1987, p. 60).

Nessa perspectiva, Saffioti (1987) vem mencionar a necessidade de se buscar explicações não somente no fato isolado da reprodução das contrariedades das relações de produção, mas nas condições materiais e históricas da marginalização de determinadas camadas sociais, inclusive de gênero, para a compreensão dos elementos que condicionam a vulnerabilidade de determinados grupos. Ou seja,

A relação de dominação-exploração do trabalho pelo capitalismo assume várias faces, tal como a particularidade da exploração da força de trabalho das mulheres, negros, LGBTQ, jovens, etc. Assim, a força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo ou se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa, e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho. A história da acumulação primitiva implicou a produção e títulos de superioridade 'natural' e, portanto, baseadas na biologia, que legitimou as formas de poder hierárquico e de classe em face das alegações religiosas ou seculares do status de igualdade perante os olhos de Deus ou do Estado (...) o capital não foi de maneira nenhuma relutante em explorar, se não promover, fragmentações (HARVEY, 2011, p. 58).

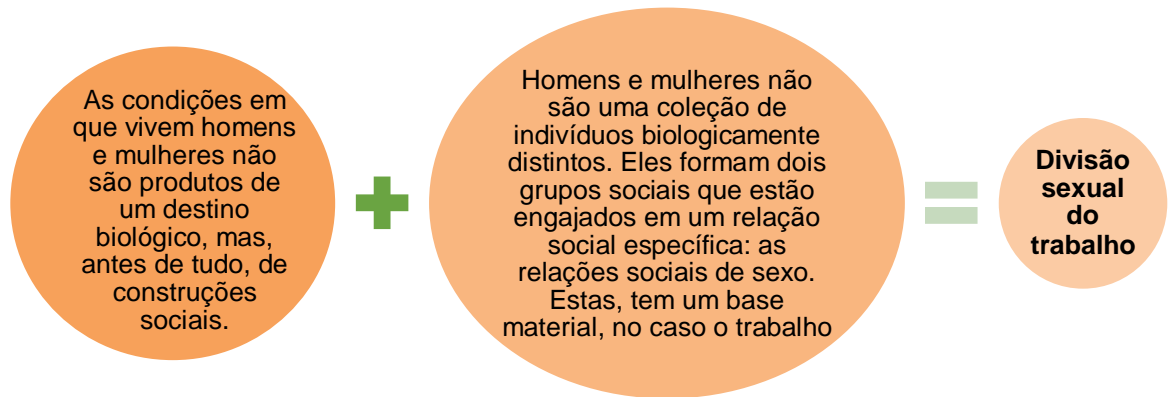
Trazendo essa discussão para mais próxima das relações de dominação/exploração de gênero, é nítido que as determinações da sociedade de classes, por contribuir com a divisão sexual do trabalho, vai gerar formas de “privilégios” para a reprodução do sistema patriarcal, visto a sua compatibilidade ideológica com o capital. Sendo assim, a divisão sexual do trabalho, em sua essência, “[...] tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e<sup>5</sup>, simultaneamente, a ocupação dos homens das

---

<sup>5</sup> Essa destinação prioritária dos homens à esfera produtiva se refere às posições em que o homem assume historicamente no mercado de trabalho, sempre estando associada a figura “provedora”, que trabalha e sustenta a família, em troca disso, temos a figura “reprodutiva” vinculada a mulher, que pelo fato do marido estar trabalhando e buscando prover a casa, esta deve se subordinar às atividades domésticas e aos cuidados com os filhos, além de garantir a manutenção da reprodução biológica da

funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, etc.) (KERGOAT, 2009, p. 67). Conforme apresenta o quadro a seguir, a divisão sexual do trabalho dar-se-á a partir do entendimento que:

**Quadro 1** - Divisão sexual do trabalho



**Fonte:** Kergoat (2009, p. 55).

Por isso, com o sistema capitalista operando junto à divisão sexual do trabalho, há um espaço para a produção social do patriarcado, no momento em que se insere na reprodução das relações sociais capitalistas. Um dos elementos mais centrais dessa dinâmica são os princípios da separação e da hierarquização. O princípio da separação é basicamente a separação dos trabalhos femininos e masculinos, já o da hierarquização é o teor valorativo dos trabalhos que homens e mulheres desempenham. Em resumo:

[...] o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem 'vale' mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a 'papéis sociais' sexuais que remetem ao destino natural da espécie (KERGOAT, 2009, p. 599).

Essa lógica considera que os sexos estão essencialmente inseridos na produção e reprodução do trabalho ligado ao capital, onde há uma naturalização dos

---

família, sendo afastada de qualquer tipo de opção a seguir que não seja a definida pela sociedade patriarcal.

papéis estabelecidos para homens e para mulheres, tendo esses papéis uma ligação direta com os interesses do sistema capitalista. Um exemplo desses papéis é justamente a histórica naturalização do trabalho doméstico para mulheres, onde a não remuneração e a invisibilidade desse modo de trabalho funciona como um auxílio para a perpetuação da exploração do capital sobre a força de trabalho (CISNE, 2018).

Feita essas breves considerações acerca da compreensão da divisão sexual do trabalho e sua importância para as análises que foram realizadas posteriormente sobre a construção da sociedade patriarcal e as expressões de desigualdade entre os gêneros, é essencial que se discuta sempre correlacionando as contribuições da literatura para um entendimento crítico sobre como a estrutura da sociedade capitalista reproduz a desigualdade de gênero desde a criação do patriarcado.

## **2.1 A construção da sociedade patriarcal e os rebatimentos para a cultura da dominação masculina**

As discussões deste subcapítulo, inicialmente, se fazem essenciais frente a compreensão de como se consolidou as bases para que o patriarcado se reproduzisse e, um tanto legitimado socialmente, construísse um legado cultural de dominação masculina e inferiorização da figura feminina. Como um sistema, o patriarcado construiu suas bases a partir da manutenção da dominação do homem, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. Se caracteriza como uma ideologia que ensina a sociedade que as mulheres devem ser consideradas naturalmente inferiores (LERNER, 2013).

Isso não é algo recente, ou de alguns anos atrás. Pelo contrário, vem sendo repassado desde a pré-história. O problema, para Lerner (2013), é que a própria narrativa de como essa história sobre a dominação masculina afeta a vida das mulheres é contada de uma forma patriarcal. Isso porque, para a autora, a produção bibliográfica sempre foi mais acessível para homens, onde a maioria dos historiadores eram homens e que registravam, conseqüentemente, o que os homens haviam feito e consideraram significativo. Ou seja, “[...] o que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada em termos históricos” (LERNER, 2013, p. 24). Assim,

[...] o registro gravado e interpretado do passado da espécie humana é apenas um registro parcial, uma vez que omite o passado de metade dos seres humanos, sendo portanto distorcido, além de contar a história apenas do ponto de vista da metade masculina da humanidade. Em síntese, as mulheres foram impedidas de contribuir com o fazer História, ou seja, a ordenação e interpretação do passado da humanidade (LERNER, 2013, p. 25).

Por essa negação, há algumas consequências inimagináveis sobre a forma na qual o significado sobre as experiências passadas podem também reproduzir a cultura patriarcal, sobretudo pela criação e perpetuação de uma civilização moralizada, com pressupostos estabelecidos de acordo com a estrutura das instituições sociais em que essencialmente, as mulheres foram excluídas. Excluídas no sentido de pensar sistemas, proposições e ideias para as relações sociais, sendo privadas de integrar estruturas educacionais ao longo de toda história.

Dessa forma, a preocupação do debate aqui elencado é descrever a história a partir de um olhar crítico, comprometido com a emancipação do corpo das mulheres, considerando-as sujeitos historicamente marginalizados pelo ideário patriarcalista. A partir disso, é essencial descrever a percepção da realidade a partir do momento em que mulheres adquirem consciência, inclusive pelas condições materiais e históricas, das contradições em relação com a sociedade.

Para Lerner (2013), esse momento de tomada de consciência pode ser caracterizado como uma exemplificação da dialética<sup>6</sup>. Deste modo, as relações patriarcais de gênero se consolidam a partir de pressupostos que podem ser compreendidos através de uma interpretação materialista-ontológica. Esse entendimento é fundamental com a ótica da totalidade das relações sociais, que possibilitam uma visão acerca do modo de como os homens e as mulheres vivenciam sua sociabilidade.

De modo geral, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais. O poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas

---

<sup>6</sup> Para a autora, o fato de entrar em contradição com o sistema patriarcal, a partir da tomada de consciência sobre toda a estrutura excludente da sociedade, pode ser considerado o impulso – dialética – que orientou-as para a percepção de seu processo histórico. Nesse sentido, a dialética impulsionou as mulheres para o processo histórico. A dialética, no método de Marx, representa um ideário pautado no materialismo, dessa forma, diz que o movimento das coisas constitui o elemento primário e as contradições que se produzem nas ideias são apenas o reflexo do movimento real. Dito isso, a contradição entre a centralidade e o papel ativo das mulheres na criação da sociedade e sua marginalização no processo de dar significado por meio de interpretação e explicação é uma força dinâmica, fazendo com que elas lutem contra a própria condição (LERNER, 2013, p. 25).

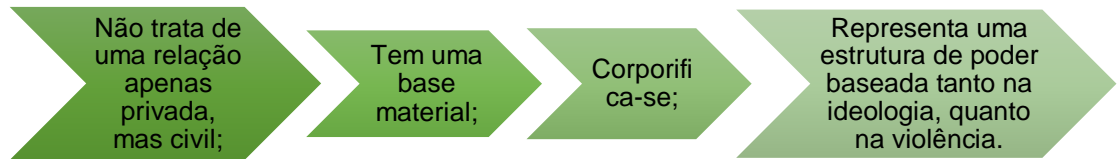
classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

Tal supremacia masculina, permeada de uma personalidade construída em negação e oposição a personalidade feminina. Cabe destacar que o conjunto das relações sociais prescrevem os modos de ser homem e de ser mulher, os quais se fazem imprescindíveis para a reprodução das relações patriarcais de gênero. Um desses aspectos que fortalecem a cultura do patriarcado é a ideia de ‘virilidade’ associada ao homem.

Em vez de ser obtida automaticamente, a virilidade deve ser construída, digamos, fabricada. O homem é, portanto, uma espécie de artefato e, como tal, ele corre sempre o risco de ser defeituoso. A carência mais grave do maquinismo destinado a fabricar a virilidade é a produção de um veado. Ser homem significa ser rude (e até mesmo grosseiro), competitivo, bagunceiro, ser homem implica menosprezar as mulheres e detestar os homossexuais. O caráter mais evidente da masculinidade permanece a heterossexualidade (BORRILLO, 2010, p. 89).

Partindo para a parte do conceito de patriarcado, que possui suas várias especificidades, tem-se que este surge inicialmente para caracterizar uma organização da família onde teve como chefia a figura do pai, sendo todos os outros membros subordinados a este. Esse conceito é oriundo de uma das primeiras pesquisas realizadas pelo materialismo histórico-dialético sobre o patriarcado, na obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, do autor Friedrich Engels. Na teoria feminista, a ideia de patriarcado aparece para demonstrar as relações de desigualdades presentes entre homens e mulheres, levando em consideração os papéis sociais desempenhados por estes. Para Saffioti (2015), a legitimidade do patriarcado pode dar-se pelos seguintes elementos:

**Quadro 2** - – Elementos fundamentais para a caracterização do sistema patriarcal



**Fonte:** Saffioti (2015, p. 101).

Tais elementos apontam para uma naturalização do sistema e legitimação da dominação dos homens sobre as mulheres, a medida em que dimensiona-se não apenas a uma relação privada, isolada, mas contemplando todo o contexto civil das relações em sociedade. Tem uma base material porque na realidade concreta, há condições estabelecidas para que o patriarcado se desenvolva e seja aceito socialmente, assim, consegue representar uma estrutura que vai se basear ideologicamente, por garantir a manutenção do sistema, e na violência, pela naturalização do fenômeno das desigualdades de gênero.

Assim, o patriarcado pode ser considerado um processo histórico que perdurou mais de séculos para se instaurar e se reproduzir socialmente, pois quando começou a se desenvolver, o sistema apareceu como certos arcaísmos, expressando regras e valores morais oriundos dos padrões europeus de família. Esses padrões de família estavam ligados aos costumes e tradições privados e oficializados. Deste modo, a família patriarcal:

[...] apresentava um caráter de família extensa, pois além do núcleo central formado pelo dono da casa, sua esposa e filhos legítimos; abarcava irmãos e irmãs, tios e tias, primos, noras e genros, afilhados, grupos de agregados, incluindo, ainda, filhos ilegítimos, serviçais, escravos, etc. Este fenômeno foi denominado de solidariedade parental. O patriarca dominava com autoridade absoluta e incontestável que possuía caráter e influência política e econômica, alcançando todas as esferas da sociedade (SZAPIRO, 1998, p. 456).

Desde a criação da civilização ocidental, com a gênese das relações de mercadoria, até o cenário da atualidade, a estrutura social de hegemonia masculina decisivamente atribuiu um papel central na manutenção do patriarcado, onde o poder

absoluto da figura do patriarca acentua sua importância perante a sociedade, influenciando as relações de gênero e nas questões de dominância e autoritarismo.

Tendo feito uma discussão sobre o patriarcado e as suas bases de formação, o próximo debate da pesquisa será sobre como esse sistema se construiu no Brasil desde o período colonial, bem como ele vai manter-se nas relações e promover as imensuráveis desigualdades relacionadas ao gênero na atualidade.

## **2.2 As expressões de desigualdade de gênero no Brasil: do período colonial à contemporaneidade**

Como visto anteriormente, o patriarcado traduz-se em uma tradição que afirma a dominação masculina sobre os corpos e vidas das mulheres durante a história. No Brasil, isso pode ser representado desde o processo de colonização de Portugal nas terras brasileiras<sup>7</sup>, com a herança dos padrões europeus. No período colonial, as mulheres representavam papéis importantes para o desenvolvimento de determinadas funções sociais estabelecidas pelo ideário europeu. Esses papéis, como uma forma de determinar e controlar socialmente o corpo das mulheres, foi também parte do discurso não apenas de Portugal, mas da Igreja Católica e da medicina da época (LERNER, 2013).<sup>8</sup>

Nesse período, como a mulher era objeto de controle das diversas instituições postas em sociedade, vários foram os projetos que objetivavam disseminar a ideologia católica apostólica romana, inclusive para as mulheres indígenas que já habitavam o país. Essa tentativa constante de padronizar o país, estratificado em todo o continente, traz consigo uma das principais heranças coloniais: o patriarcado. O que foi citado aparece explicitamente na arte de Debret, pintada em 1949, intitulada “viagem pitoresca e histórica ao Brasil”.

---

<sup>7</sup> Tal processo é entendido, em alguns estudos, como um dos principais meios de compreensão das desigualdades consolidadas na sociedade latino-americana. Esse padrão histórico de poder cria consigo a colonialidade do poder, pela qual a raça e o gênero passam a ser critérios de classificação social básico e de dominação (QUIJANO, 2002, p. 04).

<sup>8</sup> O catolicismo, religião oficial de Portugal e posteriormente do Brasil, contribuía com a perpetuação dos valores centrais para a sociedade portuguesa e espanhola, sendo o ideal a família de modelo patriarcal e conservadora. Os papéis sexuais, nessa época, eram bem definidos, ao marido pertencia o poder de decisão indiscutível, a tarefa de proteger e prover o sustento da esposa e dos filhos. À mulher cabia a organização da casa e os cuidados com a família. Assim, através da contribuição da igreja com dogmas, como por exemplo, a indissolubilidade do casamento, revelado no sacramento do matrimônio.

**Figura 1** - Viagem pitoresca e histórica ao Brasil – Debret (1949)



Fonte: Debret, J. B (1949).

A figura torna explícita que a família patriarcal, na qual o chefe desse modelo familiar era o homem, sempre foi pensada na história do Brasil como a instituição que moldou os padrões de colonização e ditou as normas de conduta e de relações sociais desde o período colonial (QUIJANO, 2002). Essa noção de família no Brasil colônia era considerada indispensável para qualquer um que minimamente tinha interesse em participar da vida social, porque:

[...] aquele que não fizesse parte de um círculo familiar praticamente não sobrevivia socialmente, sendo mal visto, renegado ou ignorado. Neste momento histórico, a noção de indivíduo, na cultura brasileira, ainda não havia se enraizado, e o bem-estar social significava antes de tudo o pertencimento a algum grupo familiar. O vínculo familiar era, portanto, cultuado como um valor indissolúvel e vigorava associado à ideia de prestígio social (DA MATTA, 1987, p. 125).

Dessa forma, essa composição de família vai se vincular completamente ao sentido da colonização, sendo este uma exploração em massa de uma nova terra, para introduzir mecanismos econômicos, políticos, sociais, patriarcais e patrimoniais,

a invasão se deu sobretudo pela exploração de uma natureza “virgem”. Essa ideia de “virgem”, no arcabouço literário da época, demonstra que através de vários mitos, a conquista da América foi diversas vezes associada a uma figura de mulher, “[...] emblematicamente representada como uma mulher bela, sedutora, atraente” (ALMEIDA, 2007).

Assim, para se referir ao território a ser descoberto, a figura da mulher “[...] simboliza metaforicamente a terra conquistada, “ao encontro dos dois mundos por meio de oposições de gênero. Nesse contexto, em um movimento metonímico, possuir a mulher nativa equivaleria a possuir a nova terra recém revelada aos europeus” (ALMEIDA, 2007, p. 462). De acordo com Ribeiro (2006), essa racionalidade com traços de autoritarismo sobre a terra e a mulher considerava-as enquanto propriedades das terras brasileiras, como um elemento a ser descoberto e ser predado.

Em determinado momento, com essas várias associações às mulheres, através de um projeto de violência onde visava normatizar o patriarcado, que a ideologia colonial passou a propagar a necessidade de adestrar as mulheres, através de um controle doméstico apenas para a família, tencionando “[...] normatizar seus corpos e almas, e esvaziá-las de qualquer saber ou poder ameaçador” (DEL PRIORI, 1993, p. 334). Logo,

As ideias de analogia da mulher com o mal eram endossadas inclusive pela Igreja, pelo discurso médico e pela sociedade erudita, que fomentavam uma ‘mentalidade coletiva’ que exprimisse uma profunda misoginia e um enorme desejo em normatizar a mulher, que significava uma ‘ameaça’. Por outro lado, o mesmo discurso elogioso sobre os corpos femininos existiam para melhor submeter a mulher, porque ao descreverem a mulher ideal, casta e obediente, visavam a aprisionar a mulher neste modelo (ALMEIDA, 2007, p. 19, grifo nosso).

Essas ideias propagadas tanto pela igreja quanto pela medicina da época, que funcionava de acordo com um discurso moralista e médico, respectivamente, tinha como pressuposto o chamado processo civilizatório para a colonização. Dessas perspectivas, tinha-se alguns aspectos em comum, como por exemplo a questão dos comportamentos que deveriam ser reproduzidos por mulheres. Tais comportamentos não podiam estar desvinculados de uma estrutura europeia, composta por uma série de tabus e doutrinações (DEL PRIORI, 1993).

Esse reflexo acerca de como as mulheres deveriam se comportar impactam essencialmente a forma na qual elas vão reproduzir seus pensamentos e suas ações, tornando esse processo de colonização pautado em uma ideia de civilidade um verdadeiro transtorno para o cotidiano das mulheres. Esse discurso religioso, muito presente por conta dos jesuítas, levavam às campanhas de doutrinação um saber masculino, construindo um universo de símbolos que representavam a ideia de superioridade masculina.

Em vista disso, durante todo esse período colonial (1500-1822) as mulheres estiveram submetidas as diversas formas de violações, sejam as mulheres indígenas que sofreu com o adestramento, a exploração e o abuso sexual, assim como os abusos sofridos pelas escravas negras, que foram vítimas de uma série de violências durante séculos. É importante mencionar que esse recorte de raça é indispensável para entender que mulheres brancas, ainda que vítimas da estrutura patriarcal, estão em um nível hierárquico superior no que se refere às mulheres negras.

Portanto, o período colonial, como uma parte histórica de extremas violências contra as mulheres, representou para tais um objeto em que seus corpos e vidas, foram mais um sujeito da colonização. Sujeito a violências cruéis e que perpetuam até os dias de hoje, apesar dos movimentos de resistência. Por isso, a desigualdade de gênero no Brasil é algo que foi construído historicamente, desde a chegada dos portugueses ao território brasileiro.

Para se perpetuar, o sistema patriarcal precisou de muito apoio da sociedade e institucional. Para isso, toda a estrutura de governabilidade, as próprias relações sociais e familiares, precisariam dar todo o apoio para a manutenção do sistema. Assim, desde o Brasil colônia até os dias atuais, que o país já se configura uma república federativa, de modo que a estrutura política, econômica, social, governamental e cultural sempre contribuiu para que as desigualdades de gênero ocorressem.

Esse fator de reprodução das desigualdades sociais entre os gêneros não deve ser visto de uma forma sem considerar a historicidade do país, especialmente pela herança colonial e europeia. Ou seja, esse legado foi construído para perdurar no ideário social e garantir a sua hegemonia diante de qualquer sistema que pudesse se organizar politicamente. No caso da democracia, apesar de se configurar como um sistema político que visa garantir maior soberania ao povo, o modelo liberal, carrega consigo várias falhas relacionadas à estrutura de poder, inclusive a questão da

perpetuação das desigualdades entre os gêneros por permitir que posicionamentos como os da extrema direita, que possuem um teor mais conversador e patriarcal, se façam presentes nos debates por ser um ambiente “democrático”.<sup>9</sup>

Um importante marco para a consciência dessas relações desiguais de gênero foram os movimentos feministas, que começaram a reivindicar a posição da mulher e a questionar as bases do patriarcado nas relações de gênero. Esse movimento representou, sem dúvidas, uma mudança na ordem social e na concepção cultural acerca das vidas e dos corpos das mulheres, além de questionar o modelo de família imposto pela colonização e reproduzido no cotidiano social.

Em termos históricos, o movimento feminista começou a se estruturar ao longo do século XIX, onde as diferenças entre homens e mulheres, especialmente no que se referia a inserção no mercado de trabalho e nas demais áreas da sociedade foram se evidenciando. De acordo com Toscano e Goldenberg (1992), o feminismo centralizou, inicialmente, o debate sobre a questão da mulher no mercado de trabalho, mas questões como maternidade, relações de opressão e desigualdades sociais, relações de poder, também foram conteúdos de intensos debates e protestos. Dessa maneira:

Conscientizando-se do fato de que as relações interpessoais contêm também um componente de poder e de hierarquia (homem versus mulheres, pais versus filhos, brancos versus negros, patrões versus operários, hetero versus homossexuais, etc.), o feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 08).

É certo que o século XIX representou um importante momento de reivindicações por melhores condições de vida e trabalho para mulheres, mas apesar desses movimentos de luta, na sociedade contemporânea, alguns instrumentos de informações geográficas e estatísticas no Brasil, como é o caso do Instituto Brasileiro

---

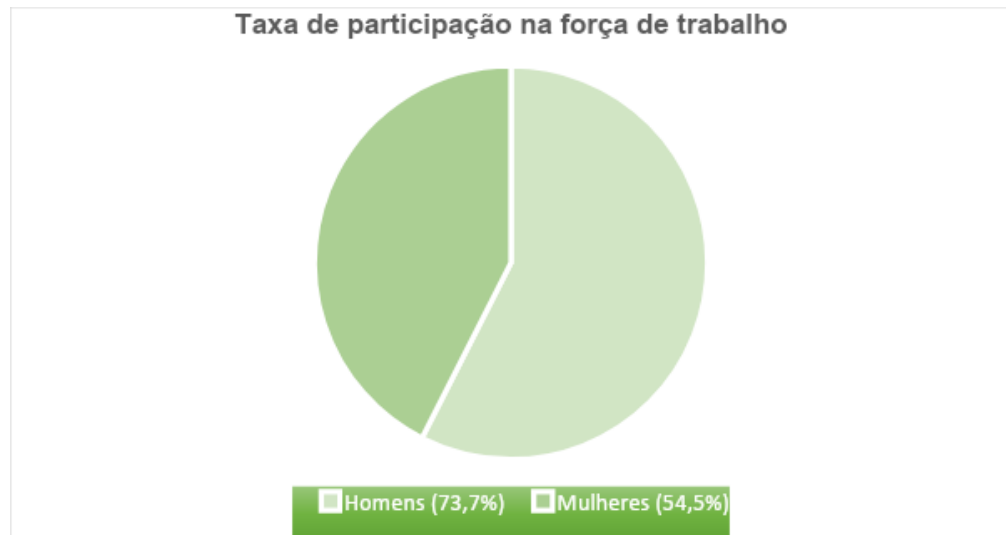
<sup>9</sup> Antônio Sales, colunista do Jornal OutrasPalavras, faz uma análise essencial para a compreensão de como o “patriarcado engole a democracia”. Nessa discussão, o autor menciona que pelo patriarcado se tratar de um sistema que privilegia a noção de hierarquia, controle e apropriação, ele nutre tiranias, a soberba capitalista e despotismos algorítmicos, buscando impor um Estado-corporação, através da ilusão de que outros, mais capazes, podem falar e agir por nós. Em resumo, o escritor comenta que a democracia representa uma nostalgia do modo de viver patriarcal. Acrescenta que agora na contemporaneidade, tanto a democracia quanto o Estado-nação, há fenômenos que se manifestam de uma forma preocupante, pois, com o Estado debilitado pelo interesse das megacorporações, uma crescente onda de militarização e violência tende a convulsionar cada vez mais muitas sociedades e países. Texto disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/como-o-patriarcado-engole-a-democracia/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

de Geografia e Estatística (IBGE), representam importantes mecanismos de mensuração das desigualdades de gênero do país, podendo evidenciar aspectos da vida cotidiana como a saúde, a educação, a alimentação e dentre outros elementos que envolvem a relação de acesso à esses direitos sociais entre homens e mulheres.

Em 2019, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, foi lançado a 2ª edição do estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, o qual divulgou informações acerca da vida das mulheres no país a partir da sistematização de indicadores que analisam a sociedade brasileira a partir do gênero para subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas no país.

Esse trabalho é desenvolvido pelo IBGE desde 1970, tendo como base a produção de relatórios através desses estudos para contribuir com a divulgação permanente da realidade brasileira no que refere a estruturas econômicas e participação em atividades produtivas; educação; vida pública e tomada de decisão; saúde e serviços relacionados e direitos humanos das mulheres e meninas (IBGE, 2021).

No tocante às estruturas econômicas e a participação da mulher em atividades produtivas e acesso a recursos, a pesquisa demonstrou a disparidade entre a força de trabalho masculino e feminina, revelando desigualdades expressivas entre os gêneros no país. A taxa de participação, métrica calculada para avaliação, revela que no ano de 2019, aproximadamente cerca de 54,5% de mulheres com 15 anos ou mais participavam do mercado de brasileiro, enquanto os homens deste mesmo perfil aproximavam-se a 73,7% de inserção trabalhista, totalizando uma diferença percentual de cerca de 19,2 pontos, segundo o gráfico a seguir:

**Gráfico 1** - Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos

Fonte: PNAD (2019).

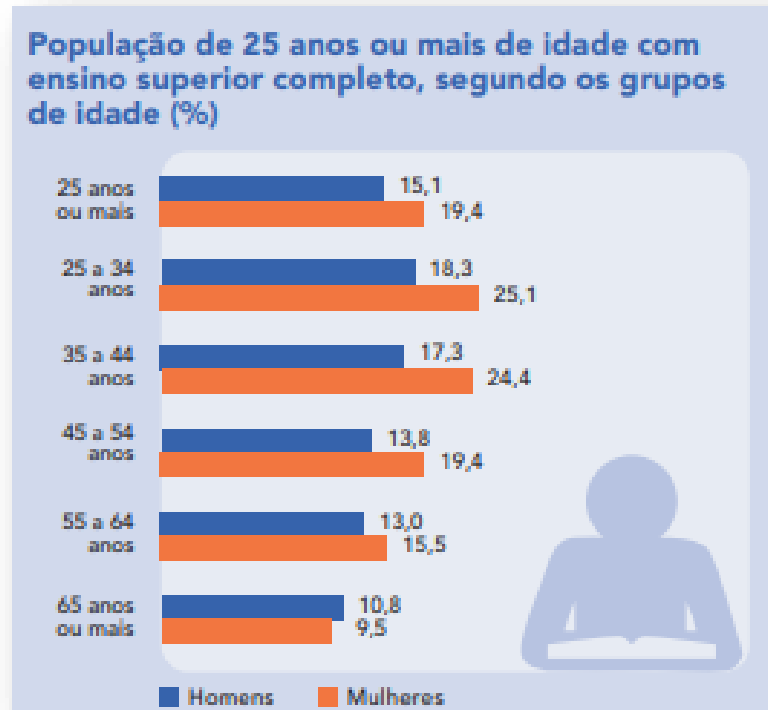
Esses números revelam a desproporcionalidade da oferta de trabalho entre homens e mulheres, fazendo-se evidenciar o legado patriarcal onde as mulheres apenas desenvolviam atividades domésticas, enquanto os homens ocupavam posições de determinado valor social. Esse reflexo desse modelo impacta a vida de milhares de mulheres, pois historicamente o maior envolvimento de mulheres no trabalho foi no nível de não remunerado, o que contribui para explicar a baixa participação das mulheres no mercado de trabalho.

No Brasil, mantiveram-se as barreiras na trajetória profissional feminina, o que evidencia o viés de gênero na forma como se distribuem os sexos em diversas ocupações e setores econômicos, a inserção das mulheres na estrutura ocupacional, nas últimas décadas, apresentou poucas alterações, embora a Constituição Federal de 1988 tenha dado destaque à igualdade de gênero no trabalho. Mesmo quando se trata de inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, onde as relações de emprego são regidas pela legislação trabalhista, nota-se que elas estão concentradas em atividades socialmente identificadas como sendo de sua atribuição, reafirmando os papéis associados ao gênero (COTRIM et al., 2020, p. 03).

Quanto a questão é educação, a pesquisa traz uma reflexão interessante, sobretudo por mencionar que as maiores dificuldades de inserção de mulheres no mercado de trabalho não podem ser atribuídas unicamente à educação, porque as análises de dados revelam que em síntese, as mulheres brasileiras são percentualmente mais instruídas que homem. De acordo com a PNAD 2019, entre a população com 25 anos ou mais, 40,4% dos homens não tinham o ensino fundamental

completo, enquanto as mulheres representavam cerca de 37,1% desse quantitativo. No âmbito do ensino superior completo, os dados também contribuem para a afirmativa anterior, conforme apresenta a figura a seguir:

**Figura 2** - População de homens e mulheres com 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo



**Fonte:** PNAD (2019).

Cabe ressaltar que apesar desses dados revelarem que as mulheres seguem com um nível de educação superior quando comparado aos homens, é essencial que se leve em consideração o recorte de raça. Isso porque, a mesma pesquisa apontou que em 2019, mulheres pretas ou pardas com idade entre 18 a 24 anos apresentavam uma taxa de 22,3%, enquanto as mulheres brancas um total de 40,9%. Isso se dá sobretudo pelo histórico escravocrata em que submeteu mulheres negras a posições de subordinação em relação à brancas, onde:

A elite dirigente tanto creditava importância à escola elementar, entendendo sua implementação como fator de coesão social, como interditava acesso a determinados grupos (a população escrava) ou dificultava a inserção e permanência de outros (como a população pobre, negra e feminina). Neste

contexto, o projeto de escolarização desenhado pelas elites dirigentes caracterizava-se não como um fator de construção de uma certa homogeneização social, mas de reafirmação das desigualdades (GOUVÊA, 2007, p. 139).

Assim, pelo histórico de desigualdade de gênero, mas também pelo legado racista do Brasil, o acesso à educação para mulheres negras é distante dos privilégios obtidos por mulheres brancas, que essencialmente possuem, pela raça, mais acesso à direitos como a educação quanto comparado a mulheres negras, pobres e de periferias.

Outro elemento necessário para a pesquisa foi o fator de acesso à saúde e serviços relacionados. O IBGE, através do PNAD, correlacionou a sua pesquisa junto de outras realizadas por órgãos da saúde, buscando ampliar os dados estatísticos e a aproximação mais qualitativa dos números que condizem com a realidade. Segundo os resultados, a taxa de mortalidade anual de meninas revela que entre crianças do sexo masculino e feminino há desigualdades de gênero que afetam o acesso das mulheres a condições de nutrição e serviços de saúde. Quanto às mulheres idosas, a questão da expectativa de vida demonstrou que entre mulheres com 60 anos ou mais, a expectativa de vida é de 24,4%, já a de homens com essa mesma faixa etária chega a 20,7% (PNAD, 2019).

No que diz respeito à vida pública e tomada de decisão, as estatísticas da PNAD revelaram que apesar do nível mais elevado de escolaridade das mulheres, estas ainda possuem muitas dificuldades de inserção na vida pública, sejam em suas esferas cívicas, econômicas e políticas, tanto no setor público quanto no privado. Esse cenário gera uma preocupação quanto a necessidade de ampliação dos espaços públicos para que as mulheres, enquanto suas próprias representantes, possam disputar seus espaços e narrativas, fortalecendo as pautas inerentes à liberdade dos seus corpos e ao combate à desigualdade de gênero.

Visto que esses dados da pesquisa são de 2019, em um dado mais recente divulgado pelo Fórum Econômico Mundial sobre a desigualdade de gênero no ano de 2022, o Brasil ocupa a posição 94<sup>o</sup> de 146 países mais desiguais em relação ao gênero de todo o mundo. As áreas que compõem essa avaliação para verificar a desigualdade entre homens e mulheres nos países são, a saber: saúde e

sobrevivência, nível de instrução, participação na economia e na política e índices sobre as oportunidades oferecidas<sup>10</sup>.

Assim, há uma urgente exigência que esse cenário se altere através do desenvolvimento de políticas públicas para as mulheres, porque além de todos esses embates vivenciados por mulheres em consequência da desigualdade de gênero exorbitante, há também outra problemática central para se tratar, inclusive por ser objeto desta pesquisa, que é em como as desigualdades de gênero contribuem para a reprodução das violências sofridas por mulheres na atualidade.

Portanto, o capítulo a seguir busca correlacionar as particularidades sócio-histórica do que foi apresentado acerca da desigualdade de gênero no Brasil com a história do Serviço Social e sua institucionalização, visando aproximar o desenvolvimento da profissão no país para com a imprescindibilidade da atuação profissional dos assistentes sociais nas expressões de desigualdade de gênero, que muitas vezes ocasionam inúmeras violências, no cenário contemporâneo.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/10553/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

### **3 LEVANTAMENTO SÓCIO-HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: da gênese à contemporaneidade da atuação profissional**

Neste capítulo, foram realizadas reflexões um tanto quanto preliminares ao processo de formação do Serviço Social enquanto uma profissão no Brasil, bem como concentrou-se em trazer para o debate as nuances que perpassam a conjuntura de institucionalização, tal como as particularidades do desenvolvimento da atuação do assistente social durante todo o percurso histórico da década de 1930 até a atualidade.

Antes de adentrar os aspectos mais históricos do debate, é essencial que se trace algumas noções introdutórias sobre a concepção que orientou a construção do presente debate. Ou seja, foram elencadas algumas discussões sobre a dinâmica do capitalismo e o desenvolvimento de suas contradições internas, fator que se mostra fundamental para entender a emergência do Serviço Social na sociedade brasileira.

Dessa forma, apoiando-se no marxismo<sup>11</sup>, o modo de produção capitalista se desenvolve a partir de uma categoria central para sua manutenção: o trabalho. Para Marx (2017), o trabalho representa o contato que o homem estabelece com o mundo natural, de tal modo que ele estabelece, enquanto consciência de suas intencionalidades, estratégias para modificar o ambiente de acordo com as suas necessidades. Essa modificação, para o autor, vai resultar na criação de um valor de uso, pois o trabalho foi objetificado. Em síntese:

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2017, p. 149).

---

<sup>11</sup> O marxismo (ou socialismo científico) é uma concepção de história e sociedade elaborada a partir das condições materiais de existência econômico-sociais e da dinâmica da luta de classes. Os fundadores do marxismo forjaram e empregaram o método do materialismo histórico e dialético para investigar as formações econômico-sociais pré-capitalistas, desvelar o conteúdo de classe e o processo de exploração do proletariado no capitalismo e defender a organização política da classe operária, a estratégia da revolução proletária e os métodos da luta de classes. Portanto, o marxismo necessariamente está vinculado à luta de classe do proletariado e demais explorados pela superação do capitalismo e constituição do socialismo, como via para a sociedade sem classes, o comunismo (SIQUEIRA; PEREIRA, 2014, p. 07).

Nesse sentido, a racionalidade do trabalho em seu caráter ontológico, pressupõe que a relação estabelecida entre o homem com a natureza torna-se o *modus operandi* desse sistema social. No entanto, com o modo de produção capitalista, a produção da existência material e a produção de si dos indivíduos revela um caráter antagônico e contraditório: o trabalho, enquanto uma atividade inerente ao homem, passa a ser mediatizado entre a necessidade excessiva da acumulação e se contrapõe à historicidade do ser social.

Dessa forma, já se pode pensar em uma concepção teórica da reprodução das relações sociais no sistema capitalista, que inaugura um significado específico para a formação social, política, econômica e cultural da sociedade, a fim de instrumentalizar a produção como uma atividade social em que os homens estabelecem determinados vínculos, ligados à acumulação e apropriação privada dos meios de produção, e relações mútuas, objetivando a produção de troca de suas atividades produtivas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrando o antagonismo que as permeia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 36).

Assim, a produção social, que perpassa os meios de produção ligados à produção de objetos materiais, envolvem-se também no bojo da disputa de classes, as quais se personificam e demandam de suas relações determinados processos da vida social. Nesse meio, outra categoria essencial para a compreensão do trabalho na sociedade capitalista é o conceito de “capital”<sup>12</sup>, que pressupõe pensá-lo como um mecanismo da relação social, como parte de si mesmo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

---

<sup>12</sup> Capital não é uma coisa material, mas uma determinada relação social de produção, correspondente a uma determinada formação histórica da sociedade, que toma corpo em uma coisa material e lhe infunde um caráter social específico. O capital é a soma dos meios materiais de produção produzidos. É o conjunto dos meios de produção convertidos em capital, que, em si, tem tão pouco de capital como o ouro e a prata, como tais, de dinheiro. É o conjunto dos meios de produção monopolizados por uma determinada parte da sociedade, os produtos e as condições de exercício da força de trabalho substantivados frente à força de trabalho viva e a que este antagonismo personifica como capital (IAMAMOTO, 2014, p. 37).

Nessa lógica, as relações sociais produzidas no capitalismo aparecem como “[...] mistificadamente, relações entre coisas, esvaziadas de sua historicidade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 37). Ou seja, obedecem às diretrizes do capital ao recusar que a medida em que se produz e acumula, as apropriações privadas tendem a coisificar e transformar o máximo das relações sociais e do produto da força de trabalho uma mercadoria a ser usada como valor de uso.

Nesse sentido, as relações sociais, como mencionado anteriormente, se mistificam ao ciclo do capital, que engendradas ao processo de metamorfoses do capital, seguem a risco uma condição indispensável ao ciclo de acumulação: a produção capitalista. Deste modo, desenvolvem-se as “[...] forças produtivas sociais do trabalho, à aplicação do desenvolvimento científico e tecnológico no processo produtivo” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 60). Nesse processo, o trabalho é potenciado pela força de trabalho exercida pela classe trabalhadora e apropriada, eminentemente, pela burguesia.

É com base nessa compreensão do trabalho no capitalismo, que se desenvolveram as reflexões contidas neste capítulo, pois as configurações e estratégias desenvolvidas por este modo de produção, imprimem a forma na qual o Serviço Social, enquanto uma classe trabalhadora, irá surgir, intencionada à manutenção do sistema, para atuar sobre as problemáticas oriundas dos modo de produção capitalista.

### **3.1 A gênese da profissão no amadurecimento do capital: o processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil**

A gênese do Serviço Social deve ser compreendida em suas particularidades sócio-históricas, políticas e econômicas. Isso porque, quando se trata de identificar os elementos que contribuíram para o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, há uma necessidade de resgatar a historicidade em seu contexto estrutural, considerando, inclusive, a dinâmica internacional.

Como mencionado na discussão que antecede este subcapítulo, o Serviço Social está intrinsecamente ligado à dinâmica da sociedade, sobretudo no que diz respeito ao processo de reprodução das relações sociais. É por isso que se diz que pensar a sua história requer uma análise conjuntural das condições econômicas, históricas e políticas da sociedade. Esse fator se dá, em suma, ao significado social

da profissão na sociedade capitalista, que “[...] situa-se como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classe e do relacionamento contraditório entre elas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 77).

Essa relação estabelecida entre o contraditório, pode ser visualizada como uma estratégia capitalista ao perceber que para se desenvolver enquanto sistema, este necessitava de instrumentos para garantir a sua legitimação social e, conseqüentemente, a garantia de sua manutenção. Assim, o Serviço Social, enquanto integrante desse processo de reprodução das relações sociais, está inscrito no movimento de reprodução do próprio capital (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Deste modo, a profissão, enquanto componente desta reprodução:

[...] não pode fugir a essa realidade. As condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. **Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais** (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 81, grifo nosso).

Essa relação é feita com base na prática profissional em uma perspectiva de luta de classes, que coloca o assistente social em uma inter-relação de “consenso” às classes que integram o modo de produção capitalista, demonstrando a sua essencialidade no desenvolvimento teórico e empírico da relação entre o capital e o trabalho, o qual demandará do profissional de Serviço Social, historicamente, “[...] atender, prioritariamente, uma demanda do capital ou do trabalho, tendo por suposto que estas forças contraditórias não se excluem do contexto profissional” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 82).

Dessa maneira, a intervenção do chamado agente profissional nas relações sociais se expressa dentro de uma orientação analítica, que parte do pressuposto de que o Serviço Social está inserido no panorama das relações sociais e afirma-se enquanto uma especialização do trabalho coletivo no ato de produzir e reproduzir os meios de vida entre o trabalho e o capital (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014). Em vista disso, o Serviço Social:

[...] se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos estes aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e as modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder de Estado em conjunturas históricas específicas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 83).

Esses elementos históricos, que compõem o subsídio de entendimento das condições materiais de surgimento da profissão, permitem situar a história do Serviço Social enquanto vínculo com as metamorfoses de amadurecimento do capitalismo na sociedade industrial. Assim, a gênese da profissão está intimamente ligada à hegemonia do capital industrial financeiro, que produz novas formas de expressões da “questão social”, “[...] a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 83). A “questão social” pode ser compreendida como:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 77).

Esse processo de inserção do capital industrial no Brasil, que nada mais é do que o início da industrialização no país, aconteceu a partir da década de 1930. No entanto, existem outras manifestações anteriores ao processo de agudização das expressões da “questão social”, que podem ser consideradas, de acordo com a literatura existente, como as primeiras manifestações do Serviço Social brasileiro, que estão vinculadas à doutrina cristã da Igreja Católica. Dessa forma,

A implantação do Serviço Social não é um processo isolado. Relaciona-se diretamente às profundas transformações econômicas e sociais. Seu surgimento se dá no seio do bloco católico, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio de formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia. O Serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para

a reafirmação de sua influência normativa na sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 213).

Nesse cenário, as doutrinas católicas, materializadas nas encíclicas papais *Rerum Novarum* (1881) e *Quadragesimo Anno* (1921), começaram a orientar as ações sociais desenvolvidas em prol das problemáticas sociais com base na caridade e filantropia. O neotomismo<sup>13</sup>, como pressuposto filosófico que orientou essa ação, se apoiou no retorno à filosofia de São Tomás de Aquino, que compreendia os indivíduos enquanto “[...] corpo e alma [...] ser social incompleto, utilizando-se da sociedade para o cumprimento de seu fim último (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 144).

A origem do Serviço Social foi estabelecida no interior da Ação Católica, que intencionou um projeto de recuperação da hegemonia ideológica da igreja, enquanto parte da estrutura da Reação Católica. O que se desenhava no plano internacional, também se expressou na conjuntura brasileira a partir das particularidades históricas do desenvolvimento capitalista no país. [...] Rotacionando a sua intervenção político-religiosa para a perspectiva de recristianização da ordem burguesa, a Igreja, no país, empenhou esforços para reassumir prerrogativas que, em certa medida, estavam sendo diluídas em meio ao desenvolvimento republicano do Brasil - algo que se adensou a partir da década de 1920, com o acirramento da luta de classes (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 145).

A partir disso, a Igreja Católica desenvolveu um importante protagonismo nesses primeiros anos de Serviço Social, o que sem dúvidas, marcou a configuração da identidade profissional por muito tempo, uma ação pautada na doutrinação dos pressupostos religiosos e na moralização das expressões da questão social, que direcionam ações prioritária à punição dos indivíduos com base na sua estrutura social, econômica e política, que se caracterizam como manifestações típicas do conservadorismo construído historicamente na profissão.

Considerando a conjuntura sócio-política do Brasil na década de 1930, tinha-se uma intensa mobilização no país diante do processo de industrialização e urbanização que acontecia nessa época. Tal industrialização, é tida para alguns autores, como tardia, visto que muitos países do continente europeu já tinham esse processo muito mais à frente. Nesse sentido, o país precisou se inserir na dinâmica

---

<sup>13</sup> A partir do pressuposto neotomista, idealizava-se um projeto societário que contemplasse as dimensões do homem: o corpo e a alma. Nesse sentido, a sociedade era entendida como meio posto ao homem para colimar livre e plenamente a sua destinação. A sociedade é a instância na qual o homem pode completar-se e realizar-se como pessoa humana. Assim, o neotomismo tem como um dos seus principais atributos constitutivos: a inteligibilidade e a liberdade.

do mercado capitalista moderno, pois o modelo econômico do país pauta-se, majoritariamente, no modelo agroexportador. Assim, sendo a agroexportação a principal atividade econômica do país, o capital industrial passa a exigir sua inserção na estrutura da sociedade brasileira (FERNANDES, 2005).

Esse fato faz com que a formação de um novo padrão de acumulação com tendência ao capital industrial inaugure novas problemáticas à sociabilidade brasileira, sobretudo no que se refere a necessidade de superar formas arcaicas de economia, possibilitando que a racionalidade da dependência dos países latino-americanos continue submetidos à lógica produtivas dos grandes representantes do capitalismo central.

Com a industrialização, iniciada na primeira metade do século XIX, começaram-se a desenvolver questões referentes à espacialidade dos trabalhadores que se deslocaram no âmbito rural, a fim de vender sua força de trabalho nas grandes indústrias que foram surgindo. É nesse contexto, e sem possibilidade de garantir moradia a todos, começaram a se desenvolver os chamados cortiços e morros, onde se concentravam a população mais pauperizada da classe trabalhadora (MACHADO, 2015).

Assim, com o aprofundamento das expressões da “questão social” no cenário brasileiro, o Estado passou a ser requisitado para intervir em tais manifestações das classes subalternas, que se organizavam para travar lutas sociais<sup>14</sup> diante das inúmeras contradições existentes. É daí que emerge o momento embrionário do Serviço Social, originado da ação doutrinária, “[...] na busca de realinhar as massas aos anseios reformistas da Igreja, que se sintetizam na construção do comunitarismo cristão enquanto alternativa para manutenção da ordem do capital (REZENDE, 2022, p. 107). Nessa perspectiva, o Serviço Social:

[...] respondendo moralmente e ideologicamente as expressões da questão social, com enfoque na pobreza, fez-se necessário permear as classes populares para discipliná-las e, com isso, legitimar o reposicionamento político da Igreja e obter ampla base social para que a hierarquia pudesse

---

<sup>14</sup> As lutas sociais desse período representam os reflexos mais visíveis da determinação política da questão social, pois a contradição entre capital e trabalho não se expressa somente no econômico. Enquanto parte de um mesmo processo, essa contradição estrutural, ao passo em que ela é produzida pelas relações de produção, potencialmente, ela é publicizada politicamente através das lutas sociais. Então, perante o contexto já mencionado de modificações políticas e econômicas a partir da década de 1930 no país, houve um aprofundamento das expressões da questão social e, de modo consequente, uma efervescência das organizações e mobilizações operárias (REZENDE, 2022, p. 105).

pressionar social e politicamente a reconquista e extensão de suas prerrogativas (REZENDE, 2022, p. 108).

Ainda na década de 1930, como mencionado anteriormente, o Brasil passou por diversas transformações econômicas e políticas oriundas do processo de substituição de um modelo eminentemente agroexportador para um modelo pautado na industrialização. Nesse sentido, o Estado junto à Igreja Católica, começam a investir na formação de profissionais especializados com base nas obras sociais para atuar de maneira especializada no disciplinamento das vulnerabilidades da classe trabalhadora (REZENDE, 2022).

Um dos marcos pioneiros para essa articulação da formação das primeiras escolas do Serviço Social no Brasil foi a criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), que tinha como objetivo desenvolver estratégias para pensar as demandas das instituições a partir de um caráter especializado para lidar com os “desajustamentos” da classe trabalhadora, o que impulsionou a institucionalização da profissão e o surgimento das primeiras escolas. Dessa maneira,

[...] quando o Estado começa a requisitar a intervenção institucional do Serviço Social a partir da segunda metade da década de 1930, o inicial processo de desenvolvimento de centros de formação técnica e especializada de Serviço Social teve de se adaptar às novas exigências e condições da realidade brasileira. Sem perder a dimensão doutrinária da Igreja no âmbito do ensino especializado em Serviço Social, a base de recrutamento desses modernos agentes sociais foi diversificada, contando também, agora, com funcionários de instituições do Estado e com segmentos subalternos, como alguns quadros da pequena burguesia urbana (REZENDE, 2022, p. 110).

Nesse mesmo momento, o desenvolvimento da profissão, que se dá a partir das requisições institucionais do Estado a partir de um caráter técnico, desempenhou superficial intervenção frente às expressões da questão social. O perfil dos assistentes sociais, nessa época, exigia dos profissionais uma formação moral e um sólido preparo técnico, além de um histórico de vínculo com atividades de filantropia e tantas outras “qualidades inatas” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Até certo momento desse desenrolar histórico, as bases de formação apenas pautadas no laicato e na moral religiosa estavam estruturadas e conseguiam responder às demandas profissionais, ainda de que sem qualquer tipo de aprofundamento ou perspectiva material da realidade social, o que torna-se uma intervenção vazia de significados concretos. No entanto, com o surgimento de novas

requisições institucionais, o vago caráter religioso até então empreendido, passou a não corresponder de forma aceitável às exigências colocadas pela própria dinâmica do modo de produção capitalista. Nesse contexto, emergiu uma nova preocupação: “[...] racionalizar as respostas necessárias à questão social e à luta de classes, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos e sistematizar seu espaço sócio-ocupacional” (YAZBEK, 2018, p. 56).

Essa necessidade de ampliar os referenciais técnicos também trouxe a necessidade de se pensar novos aportes teórico-metodológicos para a profissão ainda na década de 1940. Deste modo, com a ascendência da sociologia conservadora norte-americana e as novas condições postas pela chamada “modernização” da sociedade, o Serviço Social se aproxima da teoria positivista. Apesar dessa aproximação à cientificidade de um método, ainda se perdurou na prática profissional, as perspectivas do humanismo da Igreja Católica (YAZBEK, 2018). Deste modo,

A hipótese fundamental da perspectiva positivista é de que a sociedade é regida por leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e da ação humana. Seu pressuposto é que essas leis regulam o funcionamento da vida social, econômica e política. **O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos. Trabalha, pois, com o imediato, o observado.** Contesta o teológico e o metafísico. Busca a regularidade e a invariabilidade. Circunscreve os objetivos em uma perspectiva formalista (YAZBEK, 2018, p. 57, grifo nosso).

Assim, a articulação do Serviço Social com a teoria positivista inaugura uma nova racionalidade à profissão, modernizando e configurando aspectos técnico-operativos do trabalho profissional, a fim de atender às novas demandas postas pelo Estado na realidade social. Particularmente à intervenção do assistente social através do positivismo, pode-se dizer que o profissional atuava de acordo com um “[...] viés superficial, imediato, individualizante e fragmentado na percepção e ação da realidade, em que o objetivo a ser alcançado seria o ajustamento social dos sujeitos e contextos sociais disfuncionais” (YAZBEK, 2018, p. 58).

Esse caráter superficial faz com que o assistente social desenvolva atividades disciplinadoras e centradas na culpabilização dos indivíduos à sua realidade de miserabilidade, dando centralidade a estratégias profissionais vinculadas ao pragmatismo e ajustadora do homem a um padrão estabelecido pela moral e pelo conservadorismo vigente, porque como dito, apesar da profissão ter dotado a sua

prática profissional a um caráter técnico, o humanismo cristão ainda perdurou influenciando a intervenção do assistente social (YAZBEK, 2018).

Dessa forma, o assistente social é demandado a atuar diretamente com a racionalidade positivista nas expressões da “questão social”, alinhando as técnicas desenvolvidas pela dimensão teórico-metodológica mas também sem se desvincular dos aspectos conservadores presentes em sua história. Assim, com o operariado urbano, os profissionais ficaram responsáveis por intervir na reprodução social dos trabalhadores a partir de seus locais de moradia e trabalho, visando contribuir com o controle estatal sobre a manutenção da força de trabalho (YAZBEK, 2018).

É à frente desse cenário que surgem as principais instituições para atuação do assistente social no processo de “[...] adequação da força de trabalho às novas necessidades da produção capitalista” (YAZBEK, 2018, p. 67). Tais instituições, intituladas Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Social da Indústria (SESI), requisitam, ainda na década de 1940, a entrada de assistentes sociais para contribuir com a reprodução material da força de trabalho diante do ajustamento desses trabalhadores à ordem capitalista.

Essas instituições representam, sem dúvidas, um instrumento fundamental para garantir que, diante da agudização das expressões da “questão social”, o Estado passe a ideia à sociedade de que, enquanto regulador das relações sociais, este necessite oferecer serviços assistenciais à população, ainda que restrito à uma parcela expressiva de trabalhadores formais. Além desse caráter, uma instituição para “ocupar” trabalhadores com atividades assistenciais, afasta-os de qualquer possibilidade de organização e mobilização política, sobretudo pelo avanço do comunismo no Brasil. Em resumo, nessa primeira fase de discussão da gênese profissional:

[...] o Serviço Social brasileiro assume, enquanto atribuição profissional, institucionalmente requisitada pelo empresariado e pelo Estado, a participação nas condições de reprodução material e espiritual do trabalhador, por exemplo, através do SENAI e do SESI, pela função pedagógica e racionalizadora que a profissão é encarregada na reprodução das relações sociais capitalistas, ela também é requisitada extensivamente para intervir junto aos diversos estratos sociais marginalizados das classes subalternas - sejam eles socialmente aptos ou inaptos para o trabalho (REZENDE, 2022, p. 122).

É nessa conjuntura que o Serviço Social se institucionaliza enquanto uma profissão inserida na dinâmica do modo de produção capitalista e tem sua atuação legitimada pelo Estado, onde pela forte influência dos pressupostos teóricos, se alinha às requisições institucionais da burguesia industrial. Esse caráter profissional perdurou até algumas camadas da categoria profissional começarem a se organizar politicamente para questionar o tradicionalismo no profissional e a herança conservadora.

Esse movimento de questionamentos acerca da essência do tradicionalismo e do conservadorismo no interior do Serviço Social é conhecido, de acordo com os estudos de Netto (2011), como Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. Esse longo percurso histórico da profissão instaura, inegavelmente, novas facetas quanto aos objetivos do exercício profissional e provoca reflexões sobre a necessidade de refletir sobre novos horizontes para a prática do trabalho do assistente social.

### **3.2 O Serviço Social na contemporaneidade: do movimento de reconceituação ao Projeto Ético-Político Profissional**

O Serviço Social na contemporaneidade, como destaca o título, deve ser traçado a partir dos posicionamentos hegemônicos construídos a partir da década de 1990, com a emergência do Projeto Ético-Político do Serviço Social. No entanto, falar sobre tal projeto, demanda um breve resgate sócio-histórico sobre o processo que embrionou as bases materiais para a sua consolidação<sup>15</sup>. Trata-se do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, que se iniciou na década de 1960 e teve como principal objetivo o rompimento com o Serviço Social tradicional<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Isso porque é preciso situar o movimento de reconceituação, não como um projeto isolado e vanguardista, mas como um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano. A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura excludente, concentradora e exploradora (FALEIROS, 1987, p. 51).

<sup>16</sup> Pode-se definir como Serviço Social tradicional uma prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre os indivíduos e grupos, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual e ineliminável. É ainda relevante diferenciar o Serviço Social tradicional do Serviço Social clássico. Como define o mesmo autor, o Serviço Social clássico denota o exercício profissional tal como foi postulado pelos agentes profissionais que se dedicaram a um mínimo de sistematização, constituindo de fato as fontes do Serviço Social (NETTO, 2011, p. 06).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social deve ser analisado no contexto político, social e econômico latino-americano, mas também deve considerar aspectos do cenário mundial. Nesse sentido, a década de 1960, quando se iniciou tal movimento, foi marcada por intensas transformações na sociedade mundial, com destaque à Guerra Fria, que polarizou o mundo entre capitalismo e socialismo. Nesse mesmo momento, emerge o chamado Estado de Bem-Estar Social nos países de capitalismo central, que representou o protagonismo dos direitos sociais com base no pleno emprego e crescimento econômico (NETTO; BRAZ, 2008).

O contexto latino-americano, no entanto, não viveu esse momento do capitalismo monopolista. O que se tinha era um desenvolvimento tardio do processo de industrialização e o alastramento das diversas problemáticas sociais que resultaram desse cenário. Ao passo que se vivia o aprofundamento das expressões da “questão social” nos países da América latina, o comunismo ganhou certa notoriedade com a efervescência dos movimentos revolucionários, o que representou uma ameaça para o modo de produção capitalista (NETTO; BRAZ, 2008).

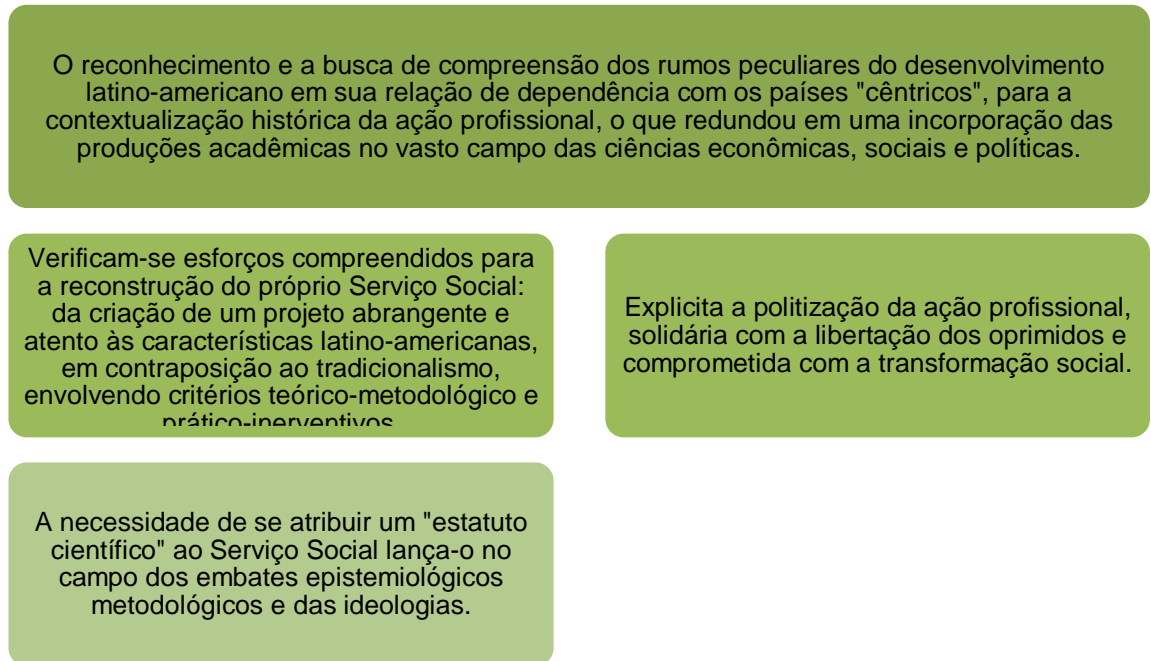
Intensificando a vigilância sobre a América Latina e sua vinculação com a URSS na Guerra Fria, os Estados Unidos adotaram um projeto de Segurança Nacional, com forte intervenção das forças armadas. Mediante as ameaças socialistas da Revolução Cubana e tremendo a tomada política da classe trabalhadora, os golpes de Estado emergiram neste continente como estratégias do Estado e da burguesia, em 1964 no Brasil, em 1966 na Argentina e no Chile e no Uruguai, em 1973. Assim, os governos autoritários significaram, além de repressão aos movimentos revolucionários, um incentivo à entrada do capital internacional, gestando o cenário posterior do neoliberalismo (NETTO; BRAZ, 2008, p. 96).

Ou seja, concomitantemente ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, aconteciam os golpes de Estado e a inserção de governos autoritários. Em aspectos conceituais, o significado desse movimento é dotado de particularidades nos diversos países do continente, o que torna necessário uma análise sobre os determinantes das condições objetivas e subjetivas que permitiram tais questionamentos sobre as bases tradicionais do Serviço Social.

Como um fenômeno tipicamente latino-americano, a direção social que orientou esse movimento condiz ao reconhecimento das novas requisições profissionais no seio de uma politização da ação profissional, que em determinados momentos, se contrapõe ao tradicionalismo presente no surgimento da profissão. De acordo com lamamoto (2004), o Movimento de Reconceituação possui alguns eixos estruturantes,

onde é possível identificar as condições para o seu estabelecimento, bem como para sua legitimação no interior da categoria profissional. Assim, dentre os eixos comuns, conforme demonstra o quadro a seguir, pode-se destacar:

**Quadro 3** - Eixos estruturantes do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina



Fonte: IAMAMOTO (2004, p. 209).

Além desses eixos que estruturam as condições em que se institucionaliza o movimento na categoria profissional, existe também uma discussão sobre os pontos que levaram as críticas sobre o Serviço Social tradicional, o qual é entendido, dentro desses questionamentos, como “[...] inadequado ao preparo profissional para atender às condições particulares” (NETTO, 2011, p. 62). Para tecer as críticas, o movimento foi organizado a partir de três perspectivas de renovação, que são denominadas, de acordo com Netto (2011), em: modernizadora; reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora, apontada por Netto (2011) como a primeira concepção apresentada, teve como objetivo adequar a realidade da atuação profissional do assistente social à uma instrumentalização de técnicas pautadas no arsenal de estratégias do desenvolvimento do capitalismo monopolistas, às requisições impostas pelo contexto sociopolítico do pós-64. Portanto,

[...] a modernização foi uma tendência que visava a incorporar bases teóricas e científicas ao saber e ao fazer profissionais. Nesse sentido, ela revelou a necessidade de um método científico, sem, no entanto, romper com as bases do tradicionalismo que marcaram o surgimento da profissão. Com posicionamentos estrutural-funcionalistas, essa perspectiva teve como pano de fundo o positivismo. Na direção positivista, o método científico das ciências naturais será analisada a sociedade e as suas relações de classe (NETTO, 2011, p. 87).

Além da modernizadora, outra vertente do movimento foi a reatualização do conservadorismo, que manifesta a complexidade da tentativa de uma reatualização da prática conservadora construída historicamente na profissão, fundamentando o exercício profissional nas práticas ligadas à Igreja Católica. Nessa perspectiva, concentram-se, essencialmente, características ligadas a um pensamento doutrinário tradicional, que “[...] em confronto com o passado: o que se opera é uma reatualização dele, com um consciente esforço para fundá-lo em matrizes intelectuais mais sofisticadas” (NETTO, 2011, p. 157).

Como aporte teórico-metodológico, a reatualização do conservadorismo apoia-se no viés fenomenológico, que aparece para a profissão como uma tentativa de justificar as expressões da “questão social” a aspectos mais subjetivos da realidade social e do próprio indivíduo. Esse pensamento, corrobora com a culpabilização dos indivíduos pela sua situação no bojo da luta de classes, além de contribuir com a construção de um eixo psicossocial para ajustamento da subjetividade dos sujeitos (NETTO, 2011).

A última vertente do movimento, e responsável pela construção do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, foi a intenção de ruptura. Nessa perspectiva, a lógica da prática profissional é dotada de significados que perpassam a dinâmica das relações sociais estabelecidas na crítica ao sistema capitalista. Essa crítica é pautada na tradição marxista, que fundamenta a vertente na condição de seu principal aporte teórico-metodológico.

O Serviço Social desenvolveu uma relação com a tradição marxista sensivelmente instrumental, buscando nela conhecimentos necessários para sua compreensão ideopolítica da sociedade. Assim, a profissão assume, nessa vinculação, uma função que tendia a diluir as bases propriamente profissionais típicas da inscrição dessa profissão a divisão sócio-técnica do trabalho; e nessa tendência, idealizava-se que os assistentes sociais pudessem ser agentes da revolução social (NETTO, 2011, p. 188).

Nesse sentido, a intenção de ruptura representou para o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social uma importante aproximação da categoria profissional à uma “[...] maioria intelectual e teórica” (NETTO, 2011, p. 159), que estabelece um salto qualitativo para as reflexões contidas na produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social contemporâneo.

Foi sob esse contexto que o Projeto Ético-Político do Serviço Social pôde se construir a partir da década de 1980. Esse projeto, que reconfigurou diversos aspectos do exercício profissional mas também da formação profissional do assistente social, estabeleceu um novo conceito de exercício profissional pautado em uma teoria social crítica acerca do modo de produção capitalista e, sobretudo, sobre as expressões do objeto de trabalho do assistente social - a “questão social”. Para Iamamoto (2008, p. 177):

Esse projeto de profissão e de formação profissional, hoje hegemônico, é historicamente datado. É fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil desde a crise da ditadura, afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira. Foi no contexto de ascensão e aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que redundaram no afastamento do Presidente Collor - entre outras manifestações -, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. Encontra-se aí a base social da reorientação da profissão nos anos 1980.

Tal projeto, legitimado pela profissão a partir da criação de novos aparatos teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo, tem em um dos seus principais compromissos a liberdade como valor ético central, a qual concebida historicamente, exerce plena influência pela emancipação dos indivíduos e pela construção de uma nova ordem societária, sem as problemáticas que o capitalismo reproduz em sua intencionalidade (NETTO, 2011).

Nessa direção, o projeto profissional, como uma espécie de auto-imagem da profissão, “[...] elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções” (NETTO, 1999, p. 95). Assim, o projeto se articula com alguns elementos constitutivos que garantem a sua reprodução e sua função social, que dentre eles estão a explicitação dos princípios e valores ético-políticos e da matriz teórico-metodológica, além de estabelecer uma crítica radical à ordem social vigente.

Desses elementos constitutivos, originam-se os componentes que conferem a sua materialidade na categoria profissional, são eles: a) **a produção de**

**conhecimentos no interior do Serviço Social**, em que se estabelecem parâmetros para a dimensão investigativa e teórico-crítica sobre aspectos que se relacionam ao exercício profissional do assistente social; b) **as instâncias político-organizativas da profissão**, que envolvem as entidades representativas, como o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), dentre outros; e c) **a dimensão jurídico-política da profissão**, que diz respeito ao conjunto de leis e resoluções sobre o exercício profissional.

Apesar dos diversos avanços oportunizados pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social na cena contemporânea, inúmeros são os desafios dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais na realidade social, especialmente em uma conjuntura de avanço do neoliberalismo na dinâmica social e os vários desfinanciamentos das políticas públicas em que esses profissionais, majoritariamente, se inserem.

## **4 O SERVIÇO SOCIAL NA CASA DA MULHER BRASILEIRA: linhas de intervenção dos assistentes sociais da instituição**

Neste capítulo, como parte metodológica que compreende a parte empírica do estudo, destinada a sistematização da pesquisa de campo, foram realizadas discussões relacionadas ao campo de estudo: a Casa da Mulher Brasileira, e mais especificamente às especificidades do fazer profissional dos assistentes sociais nesta instituição.

Assim, primeiramente foi elencado a caracterização das principais informações concernentes à Casa da Mulher Brasileira de São Luís, visando situar a instituição e suas particularidades organizacionais. Em seguida, as análises destinaram para as reflexões sobre a entrevista semiestruturada com profissionais do Serviço Social que atuam na instituição.

### **4.1 Casa da Mulher Brasileira em São Luís: caracterização do objeto de estudo**

A Casa da Mulher Brasileira é uma instituição composta por diferentes órgãos do sistema de Justiça e da área de Segurança Pública que atuam no combate à violência contra a mulher na região metropolitana de São Luís, no estado do Maranhão. Ao adentrar a instituição, é explícito que cada um dos órgãos desenvolvem um trabalho em rede de atendimento, com suas próprias instalações, servidores, competências e atribuições<sup>17</sup>. Esse modelo de organização (articulada em rede de atendimento) está previsto nas Diretrizes Gerais e Protocolo de Atendimento da Casa da Mulher Brasileira (2015).

De acordo com o documento supracitado, a Casa da Mulher Brasileira deve ser um espaço de atendimento integrado e humanizado às mulheres vítimas de violência, tendo por objetivo geral “[...] prestar assistência integral às mulheres em situação de violência, facilitando o acesso destas aos serviços especializados e garantindo condições para o enfrentamento da violência” (BRASIL, 2015). Deste modo:

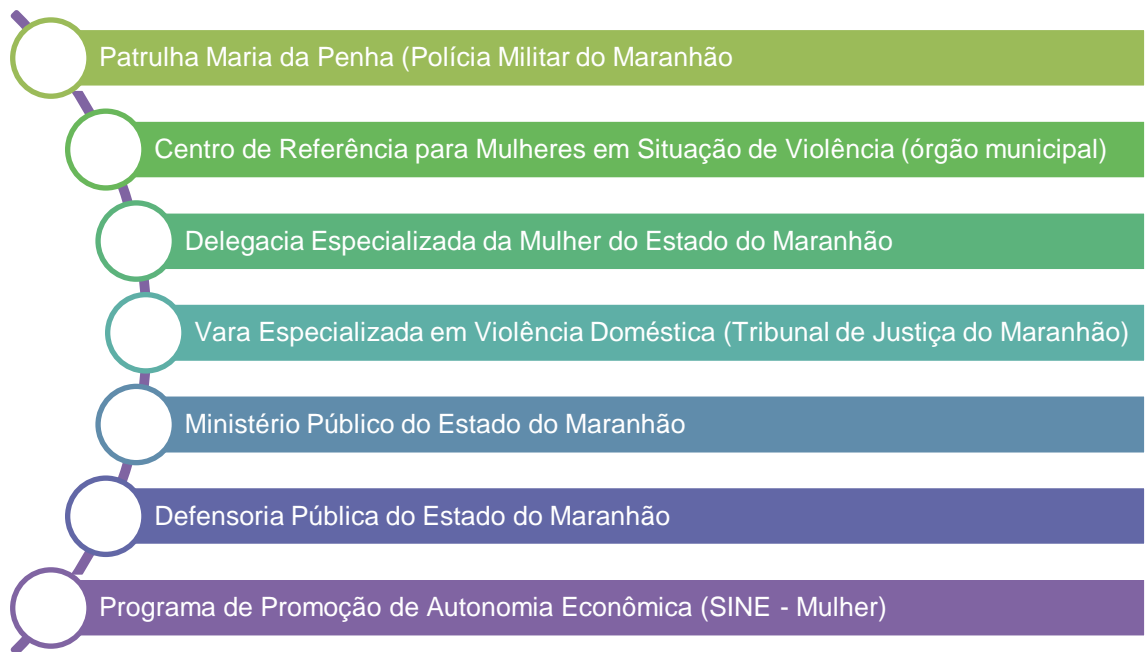
---

<sup>17</sup> Essa compreensão de serviço funcionando a partir do fluxo de “rede” foi percebida em campo, porque várias interlocutoras expressaram que essa metodologia torna-se essencial para a construção de um serviço integral de atendimento. Deste modo, para Fonseca (2016), a Casa da Mulher Brasileira exerce esse papel de, enquanto um espaço heterogêneo, protagonista de atores institucionais múltiplos, que configuram os espaços em que o Estado paulatinamente se edifica, atuando de acordo com a “gramática particular das circunstâncias”.

A Casa da Mulher Brasileira constitui um serviço da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e deve atuar em parceria com os serviços especializados da rede de atendimento (Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Casa-Abrigo, Defensoria Pública, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Promotoria Especializada) e com os demais parceiros (rede socioassistencial, rede de saúde, órgãos de medicina legal, entre outros) (BRASIL, 2015, p. 16).

Como mencionado, vários são os órgãos que compõem a Casa da Mulher Brasileira. Em São Luís, por exemplo, existem algumas outras instituições que não foram citadas que integram o quadro de serviços especializados da Casa. Dentre eles, conforme apresenta o quadro a seguir com destaque, são:

**Quadro 4** - Instituições da rede de atendimento à mulher vítima de Violência da Casa da Mulher Brasileira de São Luís/MA



**Fonte:** Brasil (2017)

Todas esses órgãos, alguns em específico, traduzem a ampliação dos serviços especializados para mulheres vítimas de violência a nível municipal e estadual, e não somente federal. Além disso, a sede da Casa da Mulher Brasileira de São Luís está localizada na Av. Prof. Carlos Cunha, 572, no bairro Jaracaty – 65076-820. A sua estrutura segue o modelo padrão, instituído pelo governo federal ao criar o projeto

organizacional da instituição. A figura a seguir mostra a sua sede do município de São Luís:

**Figura 3** - Casa da Mulher Brasileira em São Luís/MA



**Fonte:** Google Imagens (2023)

Iniciada em 2017, através da criação do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), o planejamento da articulação para a instalação da Casa da Mulher Brasileira em São Luís adveio de uma preocupação evidente sobre as questões centrais no processo de investigação, processamento e julgamento de mortes violentas de mulheres no município, principalmente aqueles considerados homicídios qualificados pelo feminicídio.

A partir da criação do GTI, foi instituído pelo então governador Flávio Dino, o Decreto nº 31.763/2016, que visava a restauração da Polícia Militar do Maranhão através da formação da Patrulha Maria da Penha no estado, a quinta patrulha que iria funcionar no país. Em 2017, através do Projeto de Lei 040/2017, foi criado o Departamento de Feminicídio da Polícia Civil, além da Coordenadoria das Delegacias da Mulher no Maranhão.

Foi com o GTI também, que se pensou em criar capacitações voltadas aos servidores que iriam atuar na Casa da Mulher Brasileira, buscando ampliar o acesso à rede de atendimento. De acordo com Silva (2017, p. 72):

Nesse momento, o serviço foi pensado visando agrupar diversos órgãos em suas instalações, previstos nas Diretrizes Gerais da Casa da Mulher Brasileira. Além de elaborar características próprias, sendo a única do país

que possui uma biblioteca com acervo exclusivo da temática feminista e um Sistema Nacional de Emprego (SINE) que visa direcionar as mulheres ao mercado de trabalho. Dessa forma, inaugura em 2017, a Casa da Mulher Brasileira de São Luís exerce um importante protagonismo na garantia de proteção e apoio às mulheres vítimas de violência no estado.

Ou seja, apesar de possuir uma estrutura padrão, a Casa da Mulher Brasileira em São Luís/MA possui diversas particularidades, dentre elas a biblioteca e o SINE. Isso também é comum em outras regiões do Brasil, porque a instituição, em cada esfera de municípios, apresenta as suas necessidades, até mesmo no que diz respeito à integração de órgãos que já desenvolvem trabalhos nessa área e que são específicos da região.

Além disso, dentre os objetivos da Casa da Mulher Brasileira, pode-se destacar:

- Oferecer às mulheres em situação de violência acolhimento em serviços de referência e atendimento humanizado;
- Disponibilizar espaço de escuta qualificada e privacidade durante o atendimento, para propiciar ambiente de confiança e respeito às mulheres;
- Incentivar a formação e a capacitação de profissionais para o enfrentamento à violência contra as mulheres;
- Oferecer informação prévia às mulheres quanto aos diferentes e possíveis atendimentos, assegurando sua compreensão sobre o que será realizado em cada etapa, respeitando sua decisão sobre a realização de qualquer procedimento;
- Garantir acesso à justiça às mulheres em situação de violência;
- Garantir a inserção das mulheres em situação de violência nos programas sociais nas três esferas de governo, de forma a fomentar sua independência e garantir sua autonomia econômica e financeiro e o acesso a seus direitos;
- Oferecer condições de empoderamento da mulher, por meio da educação em autonomia econômica;
- Oferecer abrigo temporário para mulheres em situação de violência doméstica sob risco de morte, com possibilidade de encaminhamento à rede de serviços externos;
- Combater as distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres, como a exploração sexual e o tráfico de mulheres;
- Disponibilizar transporte às mulheres até os serviços de referência que integram a rede de atendimento, quando necessário (BRASIL, 2015, p. 16).

Todos esses objetivos integram a concepção de atendimento que orienta as Diretrizes para as Casas da Mulher Brasileira, elaborada pelo governo federal através do programa governamental “Mulher, Viver sem Violência”<sup>18</sup>, criado em 2013.

---

<sup>18</sup> Lançado em março de 2013, o programa tem por objetivo integrar e ampliar os serviços públicos existentes voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da segurança pública, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira. O programa atende aos dispositivos da Lei Maria da Penha, que determina em seu art. 8º que “a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra

Ademais aos objetivos, o programa que subsidia a atuação dos serviços especializados, têm como princípios: solidariedade, continuidade no atendimento, sistema de dados e informação, agilidade e eficiência na resolução dos casos, prevenção da revitimização, empoderamento das mulheres, integralidade dos serviços, liberdade de escolha, respeito e sigilo profissional (BRASIL, 2015).

Dentre os profissionais que atuam nos diversos órgãos da Casa da Mulher Brasileira estão os assistentes sociais dos núcleos especializados de atendimento à mulher vítima de violência. Geralmente, os assistentes sociais integram a equipe do setor psicossocial dos órgãos. Dessa forma, o próximo subcapítulo buscou elencar as particularidades do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais que atuam na Casa da Mulher Brasileira em São Luís/MA.

#### **4.2 Especificidades do fazer profissional dos assistentes sociais da Casa da Mulher Brasileira em São Luís/MA**

Discutir sobre as especificidades dos espaços sócio-ocupacionais do assistente social é uma tarefa complexa. Isso porque, é necessário considerar não somente os determinantes que estão vinculados a própria atuação do assistente social naquele espaço de forma isolada, mas também levar em consideração os determinantes históricos e as forças sociais que se fazem presentes naquele âmbito do exercício profissional. Ou seja,

A análise dos espaços ocupacionais do assistente social requer inscrevê-los na totalidade histórica considerando as formas assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação no cenário da crise mundial. Sob a hegemonia das finanças e na busca incessante da produção de superlucros, aquelas estratégias vêm incidindo radicalmente no universo do trabalho e dos direitos (IAMAMOTO, 2009, p. 01).

Dessa forma, é preciso considerar que diante do cenário contemporâneo, os espaços de trabalho do assistente social assumem um caráter essencialmente vinculado à dinâmica do capital, bem como as estratégias para a radicalização das expressões da “questão social” – objeto de trabalho do assistente social. Nesse sentido:

---

a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de ações não-governamentais (BRASIL, 2015).

A ampliação exponencial das desigualdades de classe, densas de disparidades de gênero, etnia, geração e desigual distribuição territorial, radicaliza a questão social em suas múltiplas expressões coletivas inscritas na vida dos sujeitos, densa de tensões entre consentimento e rebeldia [...] Sendo assim, ela é indissociável da reconfiguração das estratégias políticas e ideológicas de legitimação do poder de classe – acompanhadas da despolitização das necessidades e lutas sociais – às quais não estão imunes as políticas sociais públicas (IAMAMOTO, 2009, p. 03).

Dito isso, é explícito que ao discutir os processos de trabalho do assistente social em qualquer espaço sócio-ocupacional, é necessário inserir as reflexões oriundas do processo empírico, na dinâmica das relações sociais estabelecidas naquele contexto, pois os espaços profissionais de exercício do assistente social devem ser analisados, conforme apresenta Iamamoto (2009, p. 04), como produtos históricos, que vão ser condicionados “[...] tanto pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes[...] quanto pelo tipo de respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional”. Deste modo,

[...] o espaço profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica das demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade social (IAMAMOTO, 2009, p. 04).

Dito isso, as especificidades do fazer profissional na Casa da Mulher Brasileira, que representa um espaço sócio-ocupacional para o assistente social, não estão desvinculadas de todo esse contexto apresentado. Pelo contrário, vinculam-se intrinsecamente às expressões de desigualdade de gênero oriundas do patriarcado e reproduzidas pela ordem societária vigente.

Para contribuir com a pesquisa empírica, ou seja, em campo, foi realizada uma entrevista semiestruturada com n profissionais, buscando compreender as particularidades da atuação profissional do assistente social na Casa da Mulher Brasileira. Inicialmente, conforme apresentado na caracterização do objeto de estudo, a Casa da Mulher Brasileira é uma instituição que atua com os órgãos em uma perspectiva de rede. Para a assistente social:

[...] a Casa da Mulher Brasileira é como um condomínio, não é? Imagina assim. Nós temos diferentes órgãos que estão situados no mesmo espaço físico que esse atendimento específico destinado à mulher em situação de

violência. Temos tanto atendimento jurídico, que é representado pela Segunda Vara da Promotoria, que vai operacionalizar a execução de medida protetiva de urgência, temos também a Defensoria Pública, o Ministério público Especial, a Delegacia, entre outros diversos órgãos (**Assistente Social 1**).

Dessa forma, para a assistente social (1), apesar dos órgãos atuarem em uma rede de atendimento especializado, cada um tem a sua competência específica. Então apesar de independentes, ou seja, tem estrutura, metodologias e servidores próprios, o atendimento resulta de uma forma bem integralizada, porque o fato de estar todos os órgãos atuando no mesmo espaço físico, acaba por agilizar o atendimento para as demandas apresentadas. Nessa circunstância, para a assistente social (2), a importância do trabalho desenvolvido em rede:

[...] demonstra a integralidade do atendimento às mulheres vítimas de violência. Porque, por exemplo, se fôssemos pensar em um atendimento isolado, onde a delegacia, o Ministério Público, a Defensoria, fossem todos distantes uns dos outros, nós não teríamos como tirar dúvidas e realizar encaminhamentos de forma ágil sobre as demandas, o que atrapalharia completamente esse processo. Violência contra a mulher é um assunto que, por natureza, já deve ser combatido de forma ágil. Se os atendimentos passam a seguir a burocratização da demora, o Estado falha (**Assistente Social 2**).

Nessa mesma lógica de raciocínio, a assistente social (1) corroborou com a parceira:

Esse atendimento integralizado é uma premissa para humanizar o atendimento às mulheres vítimas de violência, entende? Porque a mulher não fica transitando por lugares diferentes, né? Imagina se você vem aqui no Jaracati e tem que voltar lá pros prédios do tribunal de Justiça, que ficam em outro bairro? Ou então ter que ir lá pro Renascença que é onde fica a sede da Defensoria Pública? Enfim, esse deslocamento às vezes para elas que já estão em situação de vulnerabilidade acaba tornando os processos até mais angustiantes, e muitas desistem de levar adiante a denúncia de violência (**Assistente Social 1**).

Esse atendimento integralizado, conforme apresentado anteriormente, é uma estrutura básica para todas as Casas da Mulher Brasileira, pois objetiva-se acompanhar as diversas etapas pelas quais as mulheres estarão submetidas, tanto no que se refere ao apoio jurídico quanto o socioassistencial, para garantir a sua integridade física, moral e psicológica. Deste modo, inclui-se em um mesmo espaço serviços das diferentes áreas, buscando padronizar e integralizar os serviços, de

modo a facilitar a articulação entre os órgãos para garanti um acolhimento e atendimento integral (BRASIL, 2015).

Esse atendimento integralizado, no entanto, segue um fluxo estabelecido pela coordenação da Casa da Mulher Brasileira, estabelecida pelas Diretrizes Nacionais de seu funcionamento. Tal fluxo demonstra, conforme a figura a seguir, que existem algumas portas de entrada para as mulheres vítimas de violência:

**Figura 4** - Fluxo de atendimento da Casa da Mulher Brasileira



Esse fluxo de atendimento, interliga a atuação dos órgãos que compõem a rede de atendimento à mulher vítima de violência, inicia-se não somente através dessas instituições, mas aos serviços articulados por via institucional, como a rede de saúde pública e os canais de denúncia móveis. No caso do trabalho do assistente social, cumpre-lhe integrar o atendimento dentro das instituições, apesar de que este deve-se manter em constante articulação com possíveis encaminhamentos das demais

políticas públicas. Quanto às especificidades desse fluxo na Casa da Mulher Brasileira, a assistente social (1) comunica que:

Nós somos várias assistente sociais aqui na Casa da Mulher Brasileira. Temos na Defensoria, no Ministério Público, no Tribunal de Justiça. Os nossos atendimentos são todos integrados, mas existem trabalhos específicos que são realizados apenas por um órgão. Por exemplo, as decisões de medida protetiva é uma atribuição do Tribunal de Justiça? As assistentes sociais que estão lá vão acompanhar todo esse processo. Por sua vez, a Defensoria é o único órgão que faz qualquer alteração da medida protetiva de urgência, mas todas essas decisões serão comunicadas pela mulher vítima de violência inicialmente. Em todos esses momentos assistentes sociais estarão atuando dentro de suas competências, conforme as suas diretrizes éticas e as requisições institucionais (**Assistente Social 1**).

Dando continuidade às especificidades do fluxo de atendimento, para que a demanda chegue ao assistente social, conforme apresentou a figura anterior, existe todo um fluxo. Questionada acerca de como funciona esse processo, a assistente social (2) declarou que:

O passo inicial é a recepção. A orientação é que lá ocorra a triagem de todas as informações de identificação necessárias para o atendimento. Posterior à isso, a mulher vítima de violência é direcionada para o setor psicossocial da Delegacia Especializada para o registro do Boletim de Ocorrência (B.O). Alguns casos podem até ser que não passe pela Delegacia, quando a mulher já tem o B.O. Após o B.O, em alguns casos, a solicitação de medida protetiva deve ser imediata, para que o agressor se afaste e comece a responder criminalmente. Só que a medida protetiva de urgência é um recurso que só vai ser deferido pelo judiciário, e aí por questões mais imediatas a assistente social, fazendo a escuta qualificada, consegue fazer a articulação com o Tribunal de Justiça. Então a partir daí a assistente social fica responsável em fazer o acolhimento, acompanhamento e possíveis encaminhamentos a partir da escuta qualificada (**Assistente Social 2**).

Dessa forma, a fala da assistente social demonstra que o fluxo de atendimento operacionalizado está conforme as diretrizes de funcionamento da Casa da Mulher Brasileira, onde preconiza-se o Serviço de Recepção, Acolhimento e Triagem. Nesse serviço, que ocorre em três etapas, pode-se destacar como o parâmetro inicial a recepção, que é onde são coletadas informações pessoais e sobre a situação de violência. É o momento em que serão filtradas as informações concernentes à situação apresentadas e, conforme o fluxo, estabelecer relações intersetoriais para que o atendimento ocorra de forma ágil e eficaz.

Depois da recepção, evidenciada pela assistente social (2), há a etapa do acolhimento, que por intermédio da escuta qualificada, exerce uma atividade de

compreensão sobre as demandas e as necessidades apresentadas pela mulher vítima de violência, com uma postura ética e resolutiva, a fim de articular com a rede de atendimento a forma mais viável de resolubilidade do caso. Além disso, foi mencionado que um dos principais instrumentais técnico-operativos do assistente social é a escuta qualificada, importante instrumento de acolhimento inicial das mulheres vítimas de violência. Essa escuta qualificada:

[...] é o princípio básico do atendimento humanizado e deve estar pautada no respeito, na ética, na busca do fortalecimento da mulher diante da situação vivida, na orientação pelos parâmetros humanitários e de cidadania e no compromisso do sigilo profissional. [...] A escuta qualificada a ser realizada para o atendimento de mulheres em situação de violência na Casa da Mulher Brasileira, está baseada nos modelos recomendados pela Política de Humanização do SUS, nas vertentes do Direito Fundamental, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nas Políticas Públicas em Resolução Adequada de Disputas (Res. 125/2010, CNJ).

A escuta qualificada no trabalho do assistente social possibilita ao profissional um direcionamento mais aprofundado acerca das particularidades da situação apresentada pela mulher vítima de violência. É um instrumento capaz de, ao passo que humaniza o atendimento, possibilita intervenções coerentes com cada especificidade das demandas da Casa da Mulher Brasileira. Na escuta especializada, é necessário compreender as etapas desse processo, podendo destacar:

- a) **Registro:** deve ser realizado de forma detalhada da história contada e descrevendo a tipologia da violência e as necessidades apresentadas;
- b) **Discrição:** o atendimento deve ser realizado de forma discreta, ausência de discriminação, sem invadir seu espaço e sem imposição de valores e crenças;
- c) **Sigilo:** o sigilo no atendimento é garantido pela postura ética profissional do assistente social, baseado no Código de Ética da Profissão;
- d) **Linguagem:** a linguagem deve estar de acordo com o grau de escolaridade do usuário, atendendo suas especificidades;
- e) **Proteção:** as mulheres devem se sentir acolhidas, protegidas e elaborar planos de segurança pessoal;
- f) **Afastar culpas:** tornar-se independente de alguém ou de alguma situação, superar a situação de coação;
- g) **Atenção:** a importância de dar atenção e garantir o direito da mulher vítima de violência a um atendimento especializado (BRASIL, 2015, p. 45).

Em síntese, o trabalho desenvolvido pelo assistente social vai depender muito do órgão na qual o profissional estará vinculado. Mas em comum, através da entrevista semiestruturada, pôde-se identificar que, dentro desse processo, tem-se como procedimentos necessários para o assistente social:

- Realizar a acolhida dos casos apresentados;
- Realizar a escuta qualificada com a mulher vítima de violência;
- Compreender as particularidades da demanda da mulher em toda a sua complexidade;
- Articular com os serviços da rede de atendimento que compõem a Casa da Mulher Brasileira
- Realizar, se necessário, encaminhamentos para a rede socioassistencial ou de saúde, buscando integralizar as políticas públicas (**Assistente Social 1**).

Além disso, tem-se como atividades, conforme apresentou a assistente social

(2):

- Atendimento social para orientação e recebimento de denúncias de violência contra a mulher;
- Elaboração de estudos sociais, com informações relacionadas à realidade social das mulheres vítimas de violência;
- Encaminhamentos sociais diversos;
- Elaboração, execução e avaliação de projetos e/ou programas de prevenção à violência de gênero, geralmente em articulação com os diversos órgãos que integram a rede de atendimento (**Assistente Social 2**).

Ademais, dentre as diversas formas de atuação do assistente social, o campo profissional é permeado por desafios, dentre os quais pode-se elencar as inúmeras dificuldades no que concerne ao engajamento da sociedade em combater as violências sofridas pelas mulheres.

Deste modo, é perceptível a necessidade da atuação do assistente social na Casa da Mulher Brasileira, pois através de seus processos de trabalho, o profissional pode mediar o acesso aos direitos que as mulheres vítimas de violência possuem, além de possibilitar um atendimento humanizado e integralizado com as demais políticas públicas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou, de maneira específica, compreender o trabalho desenvolvido por assistentes sociais que atuam na Casa da Mulher Brasileira, instituição que compõe o quadro institucional da rede de enfrentamento à violência contra a mulher na sociedade brasileira.

Para isso, no entanto, foi essencial traçar alguns elementos históricos para que, então, a compreensão sobre a dinâmica da atualidade seja efetiva no que diz respeito à própria concepção que orientou o presente estudo: o materialismo histórico-dialético. Deste modo, para que se possa refletir sobre as particularidades de dado momento histórico, é necessário contextualizar o percurso social, político, econômico e cultural de determinados fenômenos.

No caso em particular da pesquisa, foram discutidos algumas questões centrais até o objeto de estudo, com destaque: inicialmente, buscou-se introduzir o debate acerca da desigualdade de gênero enquanto uma problemática construída historicamente no Brasil. Ou seja, elencou-se a construção sócio-histórica do patriarcado, das relações sociais desiguais e dos impactos desse legado no processo de garantia de direitos das mulheres na contemporaneidade.

Nesse movimento, ficou perceptível que a construção da cultura patriarcal nas relações sociais tem certa centralidade quando se fala de impactos na vida das mulheres. Isso pois, com essa perspectiva, a dominação masculina se reverbera sobre os corpos e vidas das mulheres, tornando o campo das relações estabelecidas em sociedade um reflexo de inúmeras desigualdades e privilégios.

Após isso, por se tratar de uma pesquisa que busca identificar os principais aspectos da atuação profissional do assistente social em determinado espaço sócio-ocupacional, é elementar que se leve em consideração o debate sobre as condições históricas e sociais em que a profissão se consolida no Brasil, sobretudo como o trabalho do assistente social vai se inserir em uma dinâmica estrutural de produção e reprodução da vida social no capitalismo tardio.

Esse levantamento sócio-histórico sobre o Serviço Social no Brasil faz com que o entendimento sobre a atuação profissional se vincule, diretamente, a dinâmica da sociedade, onde os seus processos de trabalho estarão intrinsecamente inseridos nas estratégias de reprodução do capital na vida material dos trabalhadores. Dito isso, foram apresentadas as particularidades da pesquisa de campo, situando, inicialmente,

a Casa da Mulher Brasileira e suas especificidades institucionais e organizacionais, e posteriormente, foi realizada a sistematização da entrevista semiestruturada com assistentes sociais que atuam frente às expressões de violência contra a mulher apresentadas à Casa da Mulher Brasileira.

Em síntese, através da pesquisa de campo, e no que diz respeito aos objetivos propostos para o desenvolvimento das discussões do estudo, tem-se que esse momento foi essencial para o reconhecimento das particularidades do exercício profissional do assistente social na Casa da Mulher Brasileira, dando ênfase ao cotidiano da intervenção profissional diante de casos de violência contra a mulher.

Assim, através da identificação da concepção que orienta o trabalho profissional diante das questões de gênero, bem como da dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (através da apresentação dos principais instrumentais técnicos e das intervenções diante das demandas apresentadas), foi possível perceber que a atuação do assistente social na Casa da Mulher Brasileira se faz, sobretudo, através do acolhimento, da escuta qualificada e dos encaminhamentos necessários para que aquela mulher vítima de violência tenha acesso à rede de atendimento à violência contra a mulher de forma integralizada.

Apesar disso, muitos são os desafios para que esse atendimento seja de fato integralizado, devido os inúmeros entraves que ainda se encontra quando essas instituições, por vezes, acabam por reproduzir a culpabilização da mulher vítima de violência, bem como a revitimização dessa mulher.

Por isso, entende-se que esse é um elemento que deve ser combatido constantemente dentro dessas instituições, entendendo que a mulher vítima de violência teve seus direitos violados e, mais do nunca, precisa do apoio e da proteção institucional para que ela tenha as condições necessárias para superar aquela situação. O assistente social, portanto, desenvolvendo sua práxis interventiva nesse cenário, deve contribuir para que esse processo ocorra de forma contínua, preservando a integridade física, emocional e social dessas mulheres.

Portanto, o estudo reflete a importância de analisar a atuação do assistente social em seus diversos espaços de atuação, pois todos possuem suas peculiaridades no processo de garantia de direitos, bem como os desafios e as limitações. Deste modo, enseja-se que a pesquisa possa ampliar as possibilidades da produção de conhecimento sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais em seus inúmeros campos de trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Mulher indígena. In: BERND, Zilá (Org.). **Dicionário de figuras e mitos literários nas Américas**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm). Acesso em: 17 set. 2022.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/data/files/57/C0/01/F6/DA44A7109CEB34A7760849A8/Casa%20da%20Mulher%20Brasileira%20-%20Diretrizes%20gerais%20e%20protocolo%20de%20atendimento.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTRO, Mary G; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COTRIM, Luisa Rabioglio; TEIXEIRA, Marilane; PRONI, Marcelo Wishaupt. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil**. Instituto de Economia, UNICAMP, 2020. Disponível em: <https://observatorio2030.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho-formal-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2023.

DA MATTA, R. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família brasileira. In: ALMEIDA, A. M. **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DANIELI, João Paulo; NIEDERMAYER, Isabel Cristina. **Método do materialismo histórico-dialético: apontamentos teóricos e sua contribuição para a educação**. Paraná: Editora Realize, 2021. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook3/TRABALHO\\_EV150\\_MD7\\_SA100\\_ID3411\\_09102021164726.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2021/ebook3/TRABALHO_EV150_MD7_SA100_ID3411_09102021164726.pdf). Acesso em: 16 nov. 2022.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: Ednub, 1993.

DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial**: a mulher no imaginário social. São Paulo: Contexto, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 2ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência contra mulheres em 2021**. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2022. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para um re-escrita. Revista Educação em Questão, v. 28, n. 14, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4467>. Acesso em: 09 mar. 2023.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n.3, v. 2, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFEES/ABEPSS. **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE. **Estatística Populacional (2021)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 10 abr 2023.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IPEA. **Retratos das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, ONU Mulheres, 2017.

KERGOAT, Daniele. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY, Andre. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2013.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/hHdq7R7vg7bsQvQ6gbNfz3h/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

MACHADO, Graziela Scheffer. **Serviço Social, formação brasileira e questão social**: da cadência do pioneirismo carioca. 256f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Fredrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. In: **Temporalis**. Brasília, 1999.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NUNES, Ana Paula. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? O Serviço Social e a produção de conhecimento na área em questão. Dissertação (Mestrado Acadêmico). 93 f. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2021. Disponível em:

[https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5873/2/Ana\\_Paula\\_Nunes\\_2021.pdf](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5873/2/Ana_Paula_Nunes_2021.pdf). Acesso em: 04 set. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

QUEIROZ, Fernanda Marques; DINIZ, Maria Ilidiana. Serviço Social, lutas feministas e violência contra a mulher. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 95-112, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6437>. Acesso em: 20 out. 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, v. 17, n. 37, 2002. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192>. Acesso em: 13 mai. 2023.

REZENDE, Juliano Zancanelo. **O Serviço Social brasileiro na contracorrente dos movimentos sociais: problematizações acerca da institucionalização da profissão no Brasil**. 178f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/13873/1/julianozancanelorezende.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMARA, E. O que mudou na família brasileira? (da colônia à atualidade). **Psicologia USP**, v. 13, n. 2, p. 27-48, 2002.

SILVEIRA, J. P. **Enfrentamento à violência doméstica contra a mulher: a efetividade das políticas públicas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2018.

SZAPIRO, A. M. **Percursos do feminino: um estudo sobre a “produção independente” dos anos sessenta**. 223f. Tese de Doutorado (Sociologia) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1998.

TOSCANO, M; GOLDENBERG, M. **A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

## APÊNDICES

### Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

---

Título do Estudo: **A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA CASA DA MULHER BRASILEIRA EM SÃO LUÍS-MA.**

Pesquisador Responsável: **CARMEN LUIZA SILVA GOMES**

---

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo.

O objetivo desta pesquisa é compreender a atuação do quadro de assistentes sociais na presente instituição, especificamente no que se refere aos núcleos de atendimento especializado à mulher vítima de violência no sociojurídico e tem como justificativa a relevância da atuação do assistente social no referido âmbito como análise necessário ao processo de formação profissional em Serviço Social.

Se o(a) Sr.(a) aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação se resumirão em responder a um conjunto de perguntas que juntas compõem um roteiro de entrevista semiestruturada.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso o(a) Sr.(a) decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou possa vir a receber na instituição. Além disso, destaca-se que não haverá identificações de nomes ou instituições, sendo reservado aos (às) entrevistados o sigilo de identidade.

Caso ocorra algum problema ou dano com o(a) Sr.(a), resultante de sua participação na pesquisa, o(a) Sr.(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal e garantimos indenização diante de eventuais fatos comprovados, com nexo causal com a pesquisa.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido ao Sr.(a), o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que o(a) Sr.(a) queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Carmen Luiza Silva Gomes pelo telefone (98) 97022-1397, endereço Av. São Luís Rei de França, 19, Turu, São Luís- MA, CEP 65065-470 e/ou pelo e-mail [luizaagomes0129@gmail.com](mailto:luizaagomes0129@gmail.com), com o pesquisador Enaire de Maria Sousa da Silva, pelo telefone (98) 99233-3278 e pelo e-mail [enaire.sousa@edufor.edu.br](mailto:enaire.sousa@edufor.edu.br).

Esse Termo é assinado em duas vias, sendo uma do(a) Sr.(a) e a outra para os pesquisadores.

**Declaração de Consentimento**

Concordo em participar do estudo intitulado: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA CASA DA MULHER BRASILEIRA EM SÃO LUÍS-MA.

<p>_____</p> <p>Nome do participante ou responsável</p> <p>_____</p> <p>Assinatura do participante ou responsável</p>	<p>Data: ____/____/____</p>
---	-----------------------------

Eu, Carmen Luiza Silva Gomes, declaro cumprir as exigências contidas nos termo.

<p>_____</p> <p>Assinatura e carimbo do Pesquisador</p>	<p>Data: ____/____/____</p>
---	-----------------------------

## **Apêndice B – Roteiro de Entrevista Semiestruturada**

- 1. Quais as formas de atuação do assistente social frente à violência contra a mulher?**
- 2. A violência contra a mulher é um fenômeno social. Na prática do assistente social ocorre diversos desafios. Descreva quais desafios você enfrenta enquanto profissional.**
- 3. Qual o perfil das mulheres vítimas de violência?**
- 4. Quais competências o assistente social desempenha contra a violência contra a mulher?**
- 5. Quais estratégias de intervenção você realiza no seu espaço sócio-ocupacional?**
- 6. E sobre seus principais instrumentais enquanto assistente social, quais você mais utiliza?**
- 7. Comente sobre a rede de proteção às mulheres vítimas de violência.**